UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

UMBERTO GUARNIER MIGNOZZETTI

A apropriação de modelos estrangeiros pelo Pensamento Político Brasileiro: os casos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Marquês de São Vicente e Visconde do Uruguai.

v. 1

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

A apropriação de modelos estrangeiros pelo Pensamento Político Brasileiro: os casos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Marquês de São Vicente e Visconde do Uruguai.

UMBERTO GUARNIER MIGNOZZETTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre

ORIENTADOR: PROF. DR. BERNARDO RICUPERO

v. 1

São Paulo

2009

Resumo

MIGNOZZETTI, U. G. A apropriação de modelos estrangeiros pelo Pensamento Político Brasileiro: os casos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Marquês de São Vicente e Visconde do Uruguai. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Neste trabalho buscaremos dois objetivos. O primeiro será apresentar, de modo sistemático, os principais componentes do pensamento conservador do Império. Tomamos como referência três de seus principais expoentes: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai e José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente. A partir daí, buscaremos relacionar as proposições destes pensadores com o que acreditamos serem as suas principais influências, no caso, o pensamento político francês do período em que foram ativos. Usamos como autores centrais na discussão, Benjamin Constant, François Guizot e Alexis de Tocqueville. A partir destas duas discussões, nosso foco será então de explorar as relações entre estes autores, suas influências e a forma e conteúdo da apropriação dos modelos estrangeiros, no intuito de entender como procuraram soluções para os problemas políticos do Brasil da época.

Palavras-chave: Partido Conservador; Pensamento Político Francês; Visconde do Uruguai; Bernardo Pereira de Vasconcelos; Marquês de São Vicente.

E-mail do Autor: umberto.mig@ig.com.br.

Abstract

MIGNOZZETTI, U. G. The Use of Foreign Models by Brazilian Political Thought: the case of Bernardo Pereira de Vasconcelos, Marquise of São Vicente and Viscount of Uruguai. Master dissertation. Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2009.

This work has two central objectives. The first one will to present, in a systematic way, the main components of conservative thought in the Brazilian Empire. We use as a reference three of the central thinkers of the period: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Sousa, the Viscount of Uruguay, and José Antônio Pimenta Bueno, the Marquise of São Vicente. Then, we intend to compare the propositions of these thinkers with what we believe to be their main influences, the French political thought of the period. In this case, Benjamin Constant, François Guizot and Alexis de Tocqueville are central authors for the discussion. Having realized these analyses, our central objective will be to explore the relationship between the Brazilian authors and their supposed influences. We will search for the form and content of their use of foreign models, aiming to find solutions for the Brazilian political problems of the period.

Key words: Conservative Party; French political thought; Viscount of Uruguai; Bernardo Pereira de Vasconcelos; Marquise of São Vicente.

Author's e-mail: umberto.mig@ig.com.br.

Agradecimentos

Muitos são os que de alguma forma contribuíram para a produção deste modesto trabalho. Dentre os principais, não posso deixar de listar meus pais, Stefano e Marilza, meu tio, Pietro, ao Emidio, a Bridget, a Jade e principalmente à minha esposa, Juliana, pelo apoio, carinho e dedicação nos momentos mais tortuosos do caminho.

Agradeço também ao professor Bernardo Ricupero, meu orientador, que durante todos estes anos (pelo menos quatro, desde a Iniciação Científica), vem me auxiliando no trabalho de tentar entender melhor este que certamente não é um país para principiantes. Aos colegas e professores do DCP e a alguns colegas da Filosofia, que sempre auxiliaram com estímulos e valiosa troca de conhecimento, dentre os quais, Rodolpho Bernabel em especial foi o que mais ajudou ao longo da graduação e do mestrado.

Para terminar, agradeço a todas as agências de fomento em geral e a CAPES em particular por proporcionar os fundos para que este e outros trabalhos sejam possíveis.

Desde já enfatizo que qualquer erro neste trabalho é de minha inteira responsabilidade, não tendo os acima citados, nenhuma participação em seus deslizes e incoerências.

Sumário

Introdução	6
Capítulo I – O exemplo francês e o a montagem do aparelho estatal brasileiro	20
O pensamento político francês da Restauração e da Monarquia de Julho e a busca pelo <i>juste milieu</i>	20
O Brasil: O ‘<i>Tempo Saquarema</i>’	25
Capítulo II – Os autores, suas obras e seus temas	41
Bernardo Pereira de Vasconcelos.....	42
José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente	51
Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai.....	60
Conclusão: Os principais temas dos Conservadores brasileiros.....	71
Capítulo III – Os principais temas dos pensadores franceses e seu uso no Brasil.....	74
A influência de Benjamin Constant.....	74
A influência de François Guizot	80
A influência de Aléxis de Tocqueville.....	86
Conclusão: os usos dos modelos estrangeiros pelo pensamento político brasileiro.....	90
Considerações Finais	93
Referências Bibliográficas	98

Introdução

É recorrente na literatura política o retorno aos seus clássicos. O exercício busca compreender tanto o “espírito das instituições” que esses autores tentaram estabelecer em suas épocas, quanto as nossas próprias instituições políticas, em seus pontos fortes e deficiências. Muitos poderiam ser os períodos selecionados da história brasileira. Em nosso trabalho, elegemos o Império.

Ainda assim, se pode argumentar que muitos são os autores, que expressam diferentes pontos de vista passíveis de estudo no Império. O objetivo principal neste trabalho será de estudarmos o pensamento de alguns autores/atores¹ que podem ser considerados como nossos *founding fathers*: Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente) e Paulino José Soares Sousa (Visconde do Uruguai). Os três identificaram-se com o Partido Conservador e atuaram no período que vai do Regresso Conservador, em meados 1837, até o início da decadência do Império, no fim dos 60 do século XIX, final do período conhecido como Conciliação, quando ocorre o renascimento do Partido Liberal².

Vale ressaltar ainda que trabalhamos estes autores/atores com o objetivo de entendermos o uso que fizeram do pensamento político estrangeiro, mais especificamente, do pensamento político francês do período em que atuaram.

¹ Ferreira, em seu trabalho *Centralização e Descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai* (1999), utiliza a mesma expressão para referir-se a Uruguai e Tavares Bastos. Acreditamos que tal designação também vale no escopo deste trabalho, já que os homens por nós estudados foram além de autores de obras significativas, também atores de peso na política imperial.

² As trajetórias pessoais, entretanto, fazem com que esta linha seja imprecisa. Vasconcelos tem importante atuação antes mesmo do Regresso. São Vicente, por sua vez, tem grande peso em favor das leis abolicionistas.

Em primeiro lugar, podemos levantar algumas questões sobre os objetivos centrais de nossa empreitada. A saber, as principais são: a) Por que estudar a apropriação de modelos estrangeiros? b) Por que o período imperial, visto que, em todos os períodos da história brasileira são feitas referências a idéias estrangeiras? E finalmente, c) Por que abordar o tema da perspectiva desses autores?

Em relação à primeira questão, talvez se pudesse argumentar que o uso de idéias e instituições estrangeiras fosse inevitável num país com passado colonial. Por outro lado, se pode perguntar se as condições sociais do Brasil são tão plásticas que qualquer problema/solução colocada em prática em outro país poderia ser aplicada aqui³. Complementarmente, devemos também questionar se a universalidade de idéias e instituições faria com que elas pudessem ser aplicadas a qualquer nação.

Em poucas palavras, a questão é saber se idéias estão sujeitas à influência de condições sociais particulares ou tem um valor universal. Não temos a pretensão de resolver este problema. Mesmo assim, essa é a questão que está por trás de nossa dissertação.

A escolha do período imperial se explica, por sua vez, devido a dois fatores principais. O primeiro diz respeito a ter sido nesses anos que se começou a organizar o aparelho estatal brasileiro. Os atores políticos do período enfrentaram questões de grande importância no sentido da forma que assumiriam as instituições políticas brasileiras. Entre elas, pode-se destacar o problema da centralização política (autonomia das províncias e unidade territorial), os conflitos com a Inglaterra (tráfico negreiro), as tensões com as

³ Vale lembrar que este problema inspirou um importante debate no pensamento político brasileiro. Ver Schwarz (1977), Santos (1978) e Faoro (1994) para mais detalhes. Para um sumário crítico desta discussão ver Ricupero (2007; 2008).

repúblicas da Prata, etc. A lista poderia se estender, já que esta foi uma época de grandes mudanças políticas e econômicas, que diziam respeito tanto à situação do país internamente, quanto a sua relação com o resto do mundo.

Mais especificamente, no Regresso Conservador se tentou dar uma solução a diversos problemas que decorreriam da excessiva descentralização, resultante do Ato Adicional de 1834. Não entraremos no mérito de julgar se outras soluções seriam possíveis. De qualquer maneira, no período que se seguiu imediatamente ao Ato Adicional, diversas rebeliões eclodiram, as chamadas Rebeliões Regenciais.

Tal situação levou à criação do movimento regressista que, por meio de uma série de leis, reduziu a já não tão grande soma de liberdades provinciais. Numa orientação oposta a da Regência, se adotou um conjunto de leis que levaram à centralização política e administrativa nas mãos do governo central. Em torno desta questão nasceriam os dois grandes partidos do Império. De um lado, o Partido Conservador, fruto direto do apoio ao Regresso, de outro, o Partido Liberal, que reuniu opositores do movimento regressista. Ligado ao nascimento desses partidos, apareceram também os grandes temas da política do período: centralização ou descentralização, a questão do Poder Moderador (sua legitimidade, responsabilidade, entre outros), as discussões sobre o papel do Conselho de Estado, as atribuições do monarca, que dariam cor ao jogo político e partidário de então⁴.

Por que trabalhar com os autores que escolhemos para nossa dissertação? É freqüente a crítica realizada por autores ligados ao Partido Conservador a escritores

⁴ As diferenças entre os partidos ainda é uma questão em aberto. Alguns autores (Beiguelman, 1976) ressaltam que não haveria diferenças significativas e que estas seriam basicamente eleitorais. Outros argumentam haver sim diferenças entre os partidos (Oliveira Torres, 1968; Santos, 1978). Ainda outra posição é a de que haveria uma hierarquização entre os partidos (Mattos, 1987). Acreditamos que, apesar de uma diferença eleitoral marcante (característica da disputa eleitoral), haveria sim uma diferença entre os partidos. Já o argumento da hierarquização, desenvolvido por Mattos (1987), sugere como se daria a relação entre eles.

próximos ao Partido Liberal devido à sua suposta falta de atenção às *condições reais* do Brasil. De acordo com um dos principais conservadores, o visconde do Uruguai, os liberais desejariam pôr em prática o *self-government* ao estilo anglo-saxão, sem levar em consideração que nossos costumes muitas vezes se chocariam com tal empreitada⁵. Neste sentido, se tivéssemos lidado com autores/atores como Tavares Bastos ou Teófilo Ottoni ou Feijó talvez fosse evidente indicar suas influências estrangeiras. O interesse está, a nosso ver, justamente em apontar que aqueles que diziam não realizar a transposição de instituições estrangeiras também a faziam, mesmo que em bases diferentes das dos liberais.

Quanto aos diferentes autores/atores conservadores que poderiam ser abordados, escolhemos aqueles que tiveram contribuições significativas tanto na montagem do aparelho estatal como na elaboração do pensamento e da política conservadora no período tratado⁶. Os autores / atores são Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente e Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai⁷.

O primeiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, tem uma carreira política bastante curiosa. No início, ligado ao grupo que criaria o Partido Liberal, muda de lado, motivado provavelmente pelas rebeliões regenciais (uma das quais ele mesmo combateu em sua província, Minas Gerais), e praticamente funda e encabeça o que seria denominado de movimento regressista, núcleo que daria origem ao Partido Conservador. Político criativo, e em nada avesso à discussão, fica conhecido como um dos principais parlamentares

⁵ Ver Uruguai, 2002, pp. 468 e seguintes.

⁶ Em nosso primeiro projeto, propomos abordar o tema somente da perspectiva de Visconde do Uruguai. Com o desenvolver do trabalho, resolvemos incluir além de Uruguai, Vasconcelos e São Vicente para dar alguma diversidade na abordagem. Entretanto, ainda manteremos, conforme o leitor poderá conferir, o foco em Uruguai, até porque a discussão sobre o *lugar das idéias* estar mais fundamentada neste autor que nos outros.

⁷ Assim, como ficará claro, apesar de se tratarem de conservadores, teremos alguma variabilidade de opiniões entre estes três autores/atores.

brasileiros, tanto por suas proposições, quanto por sua atuação numa época onde ainda era duvidoso que o regime parlamentar conseguiria vingar em nosso país.

Nosso segundo autor/ator, José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, também inicia carreira no Partido Liberal, apadrinhado por um dos principais desafetos de Vasconcelos, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, da poderosa família dos Andradas. Formado na primeira turma da Faculdade de Direito de São Paulo e doutorado pela mesma Faculdade, vai lentamente caminhando para o campo conservador. Em 1852, apadrinhado agora pelo Visconde de Monte Alegre⁸, torna-se senador e depois Conselheiro de Estado. Tem participação central na elaboração do que viria a ser a Lei do Ventre Livre. Além de político influente no período, escreveu uma das obras mais importantes do direito público brasileiro, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* (originalmente de 1857). O trabalho servirá de manual para várias gerações formadas nos cursos de direito brasileiros e é uma importante fonte de argumentos em favor das instituições e principalmente, da Constituição do Império do Brasil.

Nosso último autor, com o qual já trabalhamos em outra ocasião⁹, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, difere significativamente dos outros. Inicia sua carreira política sob a influência de Bernardo Pereira de Vasconcelos, no campo conservador, e segue conservador por toda sua vida. Como seu mentor, sua participação foi essencial na montagem, tanto do movimento regressista quanto do Partido Conservador¹⁰. Por outro lado, sua obra principal aparece menos como uma discussão dos meios de empreender tais reformas, ou mesmo de interpretar a Constituição e/ou as instituições do

⁸ E de certo modo apadrinhado também por D. Pedro II.

⁹ Trabalhado em nosso projeto de iniciação científica durante o período de 2005-6.

¹⁰ Ele assina, por exemplo, em 1837, o parecer sugerindo a interpretação de alguns artigos do Ato Adicional.

Direito, mas como um balanço geral do significado delas. Nos seus trabalhos também analisa o futuro de nossas instituições políticas e os modelos estrangeiros nas quais se basearam. Neste sentido, a obra de Uruguai pode ser considerada o ponto alto do pensamento conservador brasileiro e terá peso central no trabalho.

Uma ultima questão que devemos discutir é o porquê de lidarmos com pensadores políticos franceses como influências sobre nossas instituições ao invés de outros autores?

Os motivos da grande influência intelectual da França sobre o Brasil é de grande interesse ao nosso trabalho. A despeito da grande atração exercida por Inglaterra e Estados Unidos, que igualmente influenciaram nosso pensamento político¹¹, é bem mais saliente a enorme atração que o pensamento francês exercia nos países que foram colônias da Espanha e de Portugal na América¹². No entanto, a questão central é verificar o que fazia com que autores conservadores brasileiros considerassem que as experiências de pensadores políticos franceses lhes eram úteis¹³. Parece-nos que as principais influências francesas em nosso pensamento político vieram de três autores: Benjamin Constant, François Guizot e Alexis de Tocqueville.

Constant foi influente em duas preocupações centrais: a necessidade de defesa de direitos individuais¹⁴ e a idéia da necessidade do poder *neutro*, que viria a ser o Poder Moderador (mesmo que haja algumas diferenças entre a instituição brasileira e a

¹¹ E certamente, a Inglaterra e os Estados Unidos também iriam influenciar os autores franceses por nós tratados. Afinal, a Inglaterra era a grande potência econômica da época.

¹² Ver no último capítulo a justificativa de Uruguai para o uso de modelos franceses.

¹³ Uruguai acreditava que a França era, num primeiro momento, um melhor exemplo para o Brasil que os países anglo-saxões, cuja organização política se deveria procurar futuramente atingir. Isso ocorreria em razão de que a França, assim como o Brasil, teria tido sua organização política varrida por uma Revolução. Consequentemente, seria necessário erigir novas estruturas do zero. O autor curiosamente não dava atenção ao fato de na França, diferente do Brasil, não haver escravidão. Ver Uruguai (2002, p. 502).

¹⁴ Tal preocupação era compartilhada por liberais. Em Uruguai, em especial, principalmente na discussão sobre o Contencioso Administrativo, os direitos individuais têm grande peso.

preconizada por Constant). Já Guizot forneceu o conteúdo central de nosso liberalismo-conservador, ou seja, a base de legitimidade para a defesa dos poderes de Estado e da força do poder político, principalmente, quando se tratava de fortalecer o poder monárquico e a centralização política. Tocqueville¹⁵, por sua vez, foi importante ao fornecer argumentos em favor da centralização política e descentralização administrativa, no sentido de estimular o aprendizado democrático¹⁶. Também a vinculação que faz o autor de *A democracia na América* do funcionamento das instituições aos costumes existentes foi usada pelos conservadores brasileiros¹⁷.

É interessante que autores conservadores propriamente ditos, como Joseph de Maistre, Louis de Bonald¹⁸ ou mesmo o irlandês Edmund Burke, não fazem parte do repertório básico dos conservadores brasileiros, pelo menos, de seu grupo principal¹⁹. Na verdade, os *saquaremas* mais do que conservadores eram liberais-conservadores. Liberais-conservadores seriam aqueles que, mesmo ciosos da defesa de direitos e liberdades individuais, ainda assim assumiriam uma atitude defensiva em relação a qualquer mudança brusca na organização do aparato estatal.

¹⁵ Uma discussão interessante sobre os usos da *Democracia na América* por Uruguai e Tavares Bastos aparece no texto de Ferreira (1999).

¹⁶ Dohnnikoff defende que a Lei de Interpretação do Ato Adicional não representou uma revisão tão significativa nas medidas descentralizadoras tomadas pela Regência.

¹⁷ Na verdade, a virada do pensamento político do contratualismo para o que poderíamos denominar de *historicismo* (no sentido de resgatar a dinâmica política), com autores como Guizot, fora o que trouxera os costumes para o centro da avaliação política.

¹⁸ Entre os conservadores brasileiros, o mais influenciado pelos conservadores franceses foi Braz Florentino. Em seu livro sobre o poder moderador, este autor faz uma defesa deste poder na linha do conservadorismo continental europeu. Ver De Souza (1978).

¹⁹ A inspiração do Regresso, de “parar o carro revolucionário”, conforme a célebre fórmula de Vasconcelos, poderia ser considerada como burkeana. Entretanto, ele não aparece entre os autores que os conservadores brasileiros liam (pelo menos até onde nossa pesquisa se aprofundou). Além do mais, idéias críticas à Revolução poderiam ser facilmente encontradas em Constant, Guizot e Tocqueville. Não seria nossa intenção verificar tal ponto, mas acreditamos que apesar de Burke não aparecer explicitamente, não seria difícil encontrar resquícios de seu pensamento entre os principais liberais-conservadores do período.

Devemos, nesta etapa, qualificar o que entendemos por liberais-conservadores. Abordamos duas perspectivas teóricas para a definição deste conceito. A primeira vem de Bobbio (1988). Como sabemos, os autores/atores do Império associavam a defesa a liberdades civis à estabilidade política. Bobbio recoloca o problema como uma tensão entre liberalismo e democracia. Este autor define os liberais-conservadores como aqueles que estariam dispostos a abrir mão das liberdades políticas (no caso da democracia) em favor das civis (Bobbio, 1988, p. 53). Para captarmos estas diferenças no Império, basta entendermos que a política era identificada com o lugar das mudanças e portanto estaria, a partir do ponto de vista Conservador, preterida frente às liberdades individuais (civis no caso) presentes na sociedade.

A outra perspectiva importante é a de Merquior (1991). Este autor diferencia ‘conservadorismo liberal’ de ‘liberalismo conservador’. Conservadorismo liberal se referia as correntes liberais advindas do conservadorismo burkeano²⁰. Estes liberais teriam como pano de fundo o tradicionalismo, a crença de que “a sabedoria política é de alguma forma de natureza histórica e coletiva e reside em instituições que passaram pela provação do tempo” (Merquior, 1991, p. 110). O liberalismo conservador, por sua vez, teria mais relação com o pensamento de Tocqueville, que certamente tinha grande zona de contato com o nosso liberalismo²¹, tanto entre Liberais como Conservadores.

Acreditamos que os conservadores do Império encontram-se no meio do caminho quanto à caracterização de Merquior a respeito do liberalismo conservador e do conservadorismo liberal. Não poderiam ser totalmente burkeanos (conservadores-liberais)

²⁰ Merquior (1991, pp. 110-1).

²¹ Seria um liberalismo conservador mais ‘liberal’ que ‘conservador’, por assim dizer. Ainda assim, teria traços marcantes de conservadorismo. Ver Merquior (1991, p. 149).

porque nossa realidade era a de um país que já havia sofrido uma ruptura, a Independência²². Também não conseguiam se situar em uma posição mais caracteristicamente liberal, como, por exemplo, os argentinos Alberdí e Sarmiento (apud Merquior, 1991, pp. 120-2). Este duplo caráter do liberalismo brasileiro contribuiu, a nosso ver, para que alguns considerem que não haveria diferenças entre conservadores e liberais no Império brasileiro.

Cumpre, por fim, explicar brevemente a organização do texto. Dividimos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo faremos uma breve discussão do período histórico ao qual o trabalho se refere. Tentaremos reconstruir, de maneira sumária, os principais problemas pelo qual passava o Brasil à época. O intuito deste capítulo será de situar melhor o leitor no período para compreender os problemas que a ele estão associados.

No capítulo dois analisaremos as obras de nossos autores. Apresentaremos as abordagens que fazem dos problemas brasileiros e tentaremos indicar quais seriam os principais temas que aparecem em suas discussões, prestando atenção especial às suas contribuições para a montagem do aparelho estatal.

Dividiremos esse capítulo da seguinte maneira: de início, apresentaremos um breve histórico da trajetória de cada um desses autores para então passarmos a tratar de suas principais obras²³. Cabe aqui a ressalva de que apesar deles fazerem parte do mesmo campo *ideológico*, suas trajetórias e o caráter de suas obras são bem diferentes. Portanto, a

²² Ainda que existam correntes que matizam esta perspectiva. Ver Mattos (1987).

²³ Vale ressaltar que em Vasconcelos, mesclamos a vida e a obra do autor. Isso se deve à sua produção ser mais fragmentária que a dos outros autores.

maneira como é feita a sistematização do pensamento desses escritores também terá que variar.

Vasconcelos, por exemplo, produz o grosso de seus trabalhos não de modo sistemático, mas no calor da disputa política, em discursos e artigos de jornal. Outra singularidade do autor é que inicia sua carreira, em 1826, como deputado, próximo dos liberais moderados. O foco central de sua atuação parlamentar é então o combate ao chamado absolutismo do primeiro monarca, D. Pedro I. No entanto, após a vitória liberal, com a Abdicação, em 1831, vai se convertendo em líder da oposição que culmina, em 1837, com o chamado Regresso Conservador.

Quanto a nosso segundo autor/ator, José Antonio Pimenta Bueno, depois Marquês de São Vicente, sua importância deriva de ter sido o principal sintetizador do pensamento conservador no campo jurídico. Autor de obra volumosa, tomaremos como principal referência seu *Direito Publico Brasileiro e Análise da Constituição do Império* (1857), livro que, por muitos anos, foi adotado como referência no estudo do direito público brasileiro nas academias de São Paulo e de Olinda.

Por fim, a obra de nosso ultimo autor / ator, Paulino José Soares de Souza, depois Visconde do Uruguai, é relativamente pouco volumosa. Mesmo assim, é considerada por vários estudiosos como uma das principais realizações do pensamento conservador brasileiro. Analisaremos seu principal trabalho, o *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (1856).

Decerto muitas são as diferenças entre estes estadistas. No entanto, nosso objetivo central será o de traçarmos uma linha de convergência entre o pensamento de Vasconcelos,

Uruguai e São Vicente, de modo que possamos identificar as principais continuidades no pensamento conservador no Império²⁴.

O capítulo buscará basicamente apresentar as posições de Vasconcelos, São Vicente e Uruguai referentes aos principais temas do período em que foram ativos politicamente: o Poder Moderador, a Centralização / Descentralização, o Conselho de Estado e a responsabilidade e alcance do poder do Monarca²⁵.

No capítulo três exploramos como os principais temas do conservadorismo brasileiro podem ser encontrados no pensamento político de alguns autores franceses da primeira metade do século XIX. De acordo com nossa hipótese central, o estudo da experiência política de homens como Constant, Guizot e Tocqueville, teria moldado a forma com que os conservadores brasileiros viam os principais problemas do seu país. Os estadistas brasileiros teriam despertado para a importância do problema da autoridade política tanto devido à sua experiência como à leitura destes autores. Nesta chave, as rebeliões regenciais seriam vistas por nossas elites como comparáveis mesmo que, num grau menor, à experiência francesa de *terror*²⁶. Conseqüentemente, o problema da busca de estabilidade social seria central.

Cabe aqui mais uma advertência. Nosso intuito neste trabalho será principalmente de apresentar como o pensamento de nossos autores se correlaciona (ou não) com os autores que supomos serem suas influências. Logicamente, estamos cientes que é

²⁴ No entanto, as divergências não deixam de ser importantes. Por exemplo, enquanto Vasconcelos era um defensor da escravidão, caberia a Bueno a redação do que posteriormente viria a ser a Lei do Ventre Livre. Nosso objetivo será de, sem minorar estas grandes discontinuidades, ressaltarmos o que há de comum entre estes pensadores em suas obras e ações.

²⁵ Apesar de alguns temas serem correlatos a eles, o foco de nossa análise visará estes temas.

²⁶ Como podemos ver a partir das referências de Uruguai, quando Ministro da Justiça. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema ver Coser (2005, 2006) e sua exposição sobre a diferença entre civilização e barbárie no pensamento do período.

problemático associarmos causalmente o pensamento de certos escritores com o de suas supostas influências. Mesmo assim, suporemos existir essa relação e, a partir daí, desenvolvermos nosso trabalho. Muitas vezes é impossível provar a associação entre os diversos autores com os quais se trabalha. Como critério básico, utilizaremos a citação de pelo menos uma obra por parte de nosso autor de referência. Isso nos servirá para imaginar a possibilidade da existência de uma influência por parte de um dado pensador²⁷. No caso em que não é possível, como, por exemplo, quando lidamos com discursos parlamentares, buscaremos formas alternativas para referenciarmos o pensamento do autor que supomos ser sua influência. Vale lembrar que um dos objetivos centrais desta dissertação é tentar provar que há, de fato, uma influência de pensadores estrangeiros (mais marcadamente dos franceses) em nosso pensamento e instituições²⁸.

Finalmente, nas Considerações Finais tentaremos indicar a relação entre o que foi feito nos capítulos anteriores. A nosso ver, menos importante do que as associações pontuais entre autores brasileiros e autores franceses seria o *procedimento sugerido para a apropriação de modelos estrangeiros*. Isso tem particular interesse pelo fato de que, muitas vezes, é entendida por apropriação de modelos estrangeiros a pura e simples cópia de um modelo qualquer. No entanto, esta *cópia* geralmente passa pelo *filtro* de nossa realidade. Um dos intuitos centrais da pesquisa é precisamente indicar como certos estadistas

²⁷ É verdade que este critério serve principalmente como indicação, até porque nem todos os autores fazem referências explícitas em seus textos (ver, por exemplo, o *Direito Público* de São Vicente que, na sua maior parte não faz mais que comentar os artigos da constituição de 1824). O certo é que em Uruguai, que também é o centro de nosso trabalho, as citações abundam.

²⁸ Vasconcelos nos coloca um duplo problema: primeiramente, ele não possui uma obra sistemática (como as de Uruguai e São Vicente), já que seus escritos são, em geral, discursos parlamentares. Em segundo lugar, ele participa da criação do movimento que fundaria o Partido Conservador. Sua motivação, nesta primeira etapa, não estava ligado a uma justificativa de porque as posições teriam sido tomadas de uma determinada forma ou outra. Em Uruguai, por exemplo, os temas seriam retomados criticamente, ou seja, ele avaliaria o que já tinha sido realizado. Vasconcelos estava, por assim dizer, criando o movimento e seus combates se deram no ‘calor do momento’. Uruguai e São Vicente, em contraste, escrevem suas obras após o sucesso do Regresso e já em uma época em que o conservadorismo se enfraquecia.

brasileiros procuraram lidar com a questão de qual seria o filtro adequado para o nosso caso²⁹.

No eixo central da discussão destacamos o último capítulo da obra de Visconde do Uruguai, que trata exatamente de algumas destas questões. Buscaremos demonstrar, em primeiro lugar, que este autor estava consciente da necessidade da apropriação de modelos estrangeiros³⁰. Em segundo lugar, que o autor estava ciente de que a nossa realidade se chocaria com as instituições preferidas por nossos governantes, e, por ele próprio. O grande mérito de Uruguai, e de forma menos forte de Vasconcelos e de São Vicente, é, nesse sentido, sugerir a necessidade de criar uma espécie de *procedimento* para transpor instituições estrangeiras à nossa realidade. Nossa hipótese é que, mesmo preferindo o sistema anglo-saxão, marcado pelo *self-government*, percebe que ele não poderia ser transposto ao Brasil. Conseqüentemente, as instituições deveriam nos conduzir ao país que queremos³¹.

Poderíamos nos questionar sobre qual a relação entre o conservadorismo brasileiro e o “lugar das idéias”. Nosso argumento central é que tratar deste problema do ponto de vista conservador nos abre caminhos especialmente interessantes, pois os liberais assumiam explicitamente a necessidade do uso de modelos estrangeiros³². Nossa hipótese é a de que conservadores, apesar de insistirem que agiam de acordo com os costumes e as condições

²⁹ No entender de conservadores, o Ato Adicional e as leis correlatas da Regência teriam sido frustrados justamente porque não teriam observado as *condições reais* de nossa sociedade.

³⁰ Ainda não tínhamos no Brasil nenhuma defesa consistente da criação de instituições que correspondessem à peculiaridade de nossa realidade social. Acredito que um dos primeiros a ir mais fundo neste ponto foi Oliveira Vianna (1939), inclusive sob a influência dos conservadores do Império.

³¹ Se pode, na perspectiva de Santos (1978), caracterizá-lo como precursor do Autoritarismo Instrumental. O autor considera que o que teria diferenciado liberais de conservadores seria o senso prático no trato com a coisa pública dos segundos. Ver Santos, 1978, pp. 50-1.

³² Ver por exemplo a definição de Brandão para as duas linhagens mais duradouras de nosso pensamento político: o *idealismo orgânico* e o *idealismo constitucional* (Brandão, 2007, pp. 46-51).

brasileiras, não deixaram de fazer uso sistemático das idéias liberal-conservadoras francesas na montagem de nosso arranjo estatal.

Partindo desta premissa, sem dúvida que o uso que o conservadorismo brasileiro faz do liberal-conservadorismo francês nos fornece importantes indicações de como certas referências intelectuais se comportam num ambiente diferente de onde foram originalmente produzidas.

Capítulo I – O exemplo francês e o a montagem do aparelho estatal brasileiro

Neste capítulo pretendemos contextualizar em que condições atuaram Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Antonio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente e Paulino José Soares Sousa, o Visconde do Uruguai. Nosso objetivo será o de apresentar os principais problemas que enfrentaram. Vamos assim tentar indicar, de modo resumido, quais seriam as questões políticas que se procurou fazer face no Brasil, no período que vai de nossa primeira legislatura até aproximadamente o final do Gabinete da Conciliação, dirigido pelo Marquês do Paraná. De maneira lateral, procuraremos também indicar como certos desafios presentes na França, do período da Restauração Bourbon (1814-30) e da Monarquia de Julho (1830-48), podiam servir de referência para autores / atores brasileiros.

Na verdade, apesar do problema de definir um *juste milieu* entre as orientações identificadas com o Estado absolutista e a democracia aparecerem em diferentes momentos da história política da França e do Brasil, pode-se considerar que ele acabou sendo central nesse período da história dos dois países. Evidentemente, porém, a discussão sobre França e Brasil é realizada de maneira diferenciada na dissertação.

O pensamento político francês da Restauração e da Monarquia de Julho e a busca pelo *juste milieu*

Nosso intuito nesta seção é apresentarmos quais seriam os principais componentes do liberalismo conservador francês. Identificamos como liberais-conservadores políticos que, na França da Restauração e da Monarquia de Julho, e no Brasil Império, procuraram

conciliar um regime garantidor de liberdades civis e alguma participação política, com uma estrutura de governo centralizada, com alto grau de poder concentrado no Estado. Ou seja, o meio-termo entre o Absolutismo e a Democracia³³, se assim se pode falar.

A questão refere-se à dificuldade de governantes e governados conseguirem equilibrar, de modo estável, dois componentes centrais da vida política: autoridade e liberdade. Essas duas orientações levam a uma ênfase ou sobre o problema da governabilidade ou sobre o da participação de setores antes excluídos na vida política³⁴. Refletindo este equilíbrio difícil, o mundo vivia então o que Hobsbawn (1977) chama de *era das revoluções*.

A Revolução Americana e a Revolução Francesa funcionam como os marcos iniciais do período. Em termos políticos, passa-se a ter o que Ambrosini chama de *redefinição da soberania* (Ambrosini, 2004a, p. 9). O absolutismo começaria a ser questionado, levando à erosão de sua legitimidade. Nesse quadro, experimentos políticos buscam fornecer à nova sociedade a estabilidade perdida com o fim do Antigo Regime.

Liberais-conservadores consideravam que a história já teria atingido uma espécie de *ponto de não-retorno* em relação ao Antigo Regime. Por outro lado, também avaliavam que mudanças bruscas e traumáticas deviam ser evitadas quando possível. Daí, o projeto da geração politicamente ativa durante a Restauração Bourbon e a Monarquia de Julho na França ser, nas palavras de Pierre Rosanvallon:

[...] l'interprétation de La Révolution française et la construction d'une rationalité politique qui permette de fonder une ordre stable dans le

³³ Democracia, na época, era um termo mal visto. Portanto, se usava mais a expressão Governo Representativo (que seria uma espécie de democracia limitada).

³⁴ Podemos pensar que fortalecer as franquias provinciais seria, de algum modo, fortalecer outros grupos, que não os participantes do poder central. É evidente que estes grupos não necessariamente eram populares.

respect des principes de 1789, l'égalité civile et la liberté politique.
(Rosanvallon, 1985, p. 13).

Ou seja, reconheciam que a Revolução Francesa não poderia simplesmente ser apagada. Era importante incorporar seus princípios à ordem política. Portanto, seria necessário criar instituições de acordo com as peculiaridades dos novos tempos.

A questão central que se colocava para esses autores era que revolucionários, inspirados em idéias de Rousseau, como a vontade geral, teriam criado uma das ditaduras mais sangrentas da história. Dentre os autores que analisamos, durante o período do Terror Guizot teve seu pai guilhotinado, Tocqueville teve alguns familiares guilhotinados e o Visconde do Uruguai teve seu avô materno guilhotinado.

Isto criara uma viva apreensão para esses homens, que desejavam manter certos aspectos da Revolução, como os direitos civis e a liberdade política, combinados com um governo estável. Nas palavras de Constant:

Na época em que o movimento de nacional de 1789, desviado de sua tendência natural pela ignorância de muitos homens e pelo egoísmo de vários, degenerou em agitação convulsiva, sem objetivo preciso e sem direção fixa, uma porção numerosa e bem-intencionada da nação deixou-se iludir por alguns axiomas verdadeiros em si, mas falseados pela aplicação que deles se fazia. [...] creio que a monarquia constitucional, quando o poder ministerial é bem separado do poder real, contém todas as garantias de liberdade desejáveis. (Constant, 2005, p. XXXIX-XL).

Assim como Constant, Guizot em seu panfleto *Des moyens du gouvernement et de la opposition dans l'état actuel de France*, também concorda, que o objetivo maior seria *terminar a revolução* (em seu entender, conciliar o poder com as liberdades):

D'où provient ce mal? N'a-t-il pour cause que l'éternel problème des sociétés humaines, la difficulté de concilier la liberté et le pouvoir? [...] La révolution a détruit le gouvernement de l'ancien régime, mais elle n'a pas construit son propre gouvernement. Le vrai gouvernement de la révolution, c'est un système d'institutions et d'influences que, dans tous les degrés de l'ordre social, garantisse l'égalité constitutionnelle et la liberté légale mettant partout les intérêts généraux en possession du pouvoir et en état de se défendre eux-mêmes contre toutes les attaques. Or il est clair que ce gouvernement, cette organisation régulière et forte de la France nouvelle n'existent point pour nous (Guizot, 1821, pp. 1-3).

No entender de Ambrosini (2004a, p. 12), este processo de *redefinição de soberania* compunha-se de três componentes principais: constituição, divisão e/ou equilíbrio de poderes e centralização. Concordando com ele, pode-se indicar que estes temas são centrais no pensamento de Constant, de Guizot e de Tocqueville.

Em Constant, as grandes preocupações são a garantia de liberdades individuais e a separação e equilíbrio dos poderes. Em seu trabalho mais conhecido, *Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos*, indica os problemas que teriam advindo da busca por parte dos jacobinos de restabelecer a liberdade dos antigos em condições modernas. A liberdade dos antigos se relacionaria com a participação, a dos modernos, identificada com o que chamamos atualmente de direitos civis, se pautaria pela garantia de um espaço de não interferência da esfera pública na vida privada:

... [Liberdade dos modernos] é para cada um senão o direito de não se submeter senão às leis. De não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher o seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até de abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e

sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos. É para cada um o direito de reunir-se a outros indivíduos, seja para discutir sobre seus interesses, seja para professar o culto que ele e seus associados preferirem, seja simplesmente para preencher seus dias e suas horas de maneira mais condizente com suas inclinações, com suas fantasias. [...] Comparai agora a esta a liberdade dos antigos [...]: exercer coletiva, mas diretamente, várias partes da soberania inteira, em deliberar na praça pública sobre a guerra e a paz, em concluir com os estrangeiros tratados de aliança, em votar leis, em pronunciar julgamentos, em examinar as contas, os atos, a gestão dos magistrados; em fazê-los comparecer diante de todo o povo, em condená-los ou em absolvê-los; mas, ao mesmo tempo que consistia nisso o que os antigos chamam de liberdade, eles admitiam, como comparável a ela, a submissão completa do indivíduo à autoridade do todo [...] todas as ações privadas estão sujeitas a severa vigilância (Constant, 1985, pp. 10-1).

Em outras palavras, diferente do que imaginara a Revolução Francesa, seria necessário estabelecer garantias individuais, além de uma harmônica e eficiente separação de poderes.

Ainda que o diagnóstico do problema por parte desses autores fosse semelhante, consistindo de buscar a justa medida entre a liberdade e autoridade necessárias para se ter um governo eficiente, legítimo e justo, os remédios defendidos por Constant, Guizot e Tocqueville variavam significativamente. Enquanto Constant era um liberal preocupado especialmente com os direitos individuais, Guizot era um liberal que dava grande importância à eficácia do governo. Tocqueville, por sua vez, dava grande importância aos costumes. Imaginava mesmo a possibilidade de mudar esses costumes como ocorreria, por exemplo, com a descentralização em vários ramos de governo, que acabariam por habituar

os indivíduos no trato com seus próprios interesses, o que poderia corresponder a uma verdadeira *escola da democracia*.

O problema de Constant, Guizot e Tocqueville seria, segundo Rosanvallon:

Terminer la Révolution, construire un gouvernement représentative stable, établir un régime garant des libertés fondé sur la Raison. Ces objectifs définissent la triple tache que se fixe la génération libérale née avec le siècle. (Rosanvallon, 1985, p. 26).

Estes seriam, portanto, os ideais que se identificariam com o que chamamos de busca pelo *juste milieu*, que teriam guiado os estadistas franceses. Os estadistas brasileiros, por sua vez, consideraram que esses instrumentos também poderiam ser utilizados no seu país para aproximá-lo do que era visto como civilização.

O Brasil: O ‘*Tempo Saquarema*’³⁵

O período desta pesquisa começa pouco antes da abdicação de D. Pedro I, dada em sete de abril de 1831, e vai até o final da década de 1860, quando ocorre o chamado Renascimento Liberal. Nesses anos, o Brasil passa pelo Primeiro Reinado (1822-1831), a Regência (1831 até 1840) e o Segundo Reinado (1840 até 1889). Para entendermos as formulações de Vasconcelos, São Vicente e Uruguaí procuraremos destacar as principais características políticas do chamado “tempo saquarema”.

³⁵ Em referência ao livro homônimo de Ilmar Mattos (1987).

A Regência: seus antecedentes e suas conseqüências

Antes da Regência, a Constituição, outorgada por Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, definiu o governo do Império brasileiro como monárquico, hereditário e constitucional. Existiria uma nobreza, mas com a particularidade de não ser hereditária. Essa Constituição foi mantida, com pouquíssimas alterações, até o final do período imperial.

O texto da Constituição brasileira era um dos mais liberais da época. Direitos e garantias individuais seriam rigorosamente observados e as atribuições dos poderes estariam bem delimitadas. Os legisladores, inspirados por Constant, procuraram instaurar um Poder Moderador³⁶ (verdade que com mais atribuições do que as imaginadas pelo publicista franco-suíço). O Poder Legislativo era organizado em duas casas: o Senado e a Câmara de Deputados. Na primeira casa, os senadores eram eleitos para compor uma lista tríplice, submetida ao Imperador que escolhia o nome que ocupava a cadeira de modo vitalício. Na segunda casa, o eleito ocupava a cadeira até o final do mandato (quatro anos)³⁷ ou até quando a Câmara fosse dissolvida.

Quanto às eleições, eram dadas em duas etapas. Nas primárias votavam os cidadãos brasileiros (inclusive escravos libertos) maiores de 25 e que tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis por ano. Nelas eram escolhidos os eleitores, aqueles que realmente poderiam votar em deputados e senadores. Além de serem escolhidos, precisariam ainda de renda mínima anual de 200 mil-réis. Aspecto interessante é que os analfabetos não eram proibidos de votar, tendo em vista o silêncio da Constituição a este respeito.

³⁶ Uma boa referência a este Poder se encontra em Ambrosini (2004a).

³⁷ Art. 17 da Constituição do Império do Brasil.

Apesar da importância que a escravidão tinha na economia brasileira, não havia na Constituição nenhuma referência substancial a ela. Até porque, no momento da promulgação da Constituição, apesar da oposição dos Andradas ao trabalho servil, a maior parte da elite imperial julgava que o Brasil não poderia prescindir dele.

Com a dissolução da Assembléia e a outorga da Carta Constitucional, a primeira seção legislativa do Império foi aberta em 1826. Entre seus membros, constava um de nossos autores/atores principais, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Nas palavras de Joaquim Nabuco, em *Um estadista do Império*,

[...] São dois os acontecimentos intelectuais da época: a pena de Evaristo da Veiga e a palavra de Bernardo Pereira de Vasconcelos. [...] Do meio para o fim de sua carreira, este último falou sempre sentado, e os que o ouviram sabem que essa postura, em vez de privar o orador de seus meios de ação sobre o auditório, aumentava a solenidade do gesto, a repercussão da palavra, a animação do discurso. Nestes dias sempre de ansiedade para ele [no caso, o jovem Nabuco de Araújo], o modelo que lhe vinha à lembrança era o busto do grande Vasconcelos, chumbado pela paralisia na sua curul, mas dominando dela com um sarcasmo, uma pausa, um lampejo de olhar, a Câmara suspensa e maravilhada. (Nabuco, 1949, p. 13).

As correntes políticas que poderiam ser observadas, no início dos trabalhos parlamentares, eram as dos favoráveis à centralização empreendida por D. Pedro I e os grupos liberais opostos ao poder do monarca. Estes acreditavam que suas políticas eram marcadas por forte autoritarismo e desrespeito à constituição outorgada. Os dois grupos, entretanto, não constituiriam partidos, mas facções (Franco, 1974, p. 27).

D Pedro I progressivamente se isolou em torno daqueles que o apoiavam e, em especial, de portugueses naturalizados que eram vistos com muita desconfiança por parte das elites brasileiras. A autoridade do monarca ia se deteriorando, além das desconfianças com relação ao elemento lusitano aumentavam. Em várias ocasiões a capital e outras cidades foram palco de lutas acaloradas entre brasileiros e portugueses, que controlavam quase todo o comércio de varejo. Já em início de 1831, o clima na Corte se mostrava pesado para a manutenção de D. Pedro I no poder. As brigas e disputas entre brasileiros e portugueses tomavam as ruas e prenunciavam o que poderia ser uma deposição do monarca.

Em seis de abril de 1831, a situação fugira ao controle do Imperador e os principais chefes da oposição, entre eles, Evaristo da Veiga, Honório Hermeto Carneiro Leão (depois Marquês do Paraná), Antônio Paulino Limpo de Abreu (depois Visconde de Abaeté), reuniram-se e, contando com o apoio da tropa, representado pelo Brigadeiro Lima e Silva. Os liberais pediam que o Imperador depusesse o gabinete formado no dia anterior, com elementos que nada agradavam aos opositores do monarca, principalmente pela sua posição pró-portuguesa e absolutista³⁸. Já sem o apoio dos militares, o Imperador resolve aproveitar o fato de que o trono português estava vago desde 1826, com a morte de seu pai, D. João VI, e, na madrugada daquele dia, abdica do trono brasileiro em favor de seu filho, D. Pedro II, que não contava com cinco anos na ocasião.

No plano legal, duas leis, promulgadas antes da Abdicação, são especialmente importantes para nossa pesquisa. Em 1827 foi criado o Juizado de Paz. É certo que apesar

³⁸ Ver Faoro, 1958, p. 151.

de constar na Constituição³⁹, ao cargo faltava plena definição dos limites, atribuições e outras nuances. A lei previa que os juízes de paz seriam eleitos, juntamente com as eleições para vereadores, em cada freguesia. Suas principais atribuições constariam, segundo Dohnnikoff, de

[...] realizar o auto de corpo de delito, interrogar os suspeitos do crime, prendê-los e remetê-los ao juiz criminal. Além disso, tornava-o responsável por tentar a conciliação entre as partes em litígios não criminais, julgar pequenas demandas, fiscalizar a execução das posturas policiais das Câmaras, resolver as contendas dos moradores de seu distrito acerca de caminhos, postos e danos contra a propriedade alheia, fazer destruir quilombos, comandar a força armada para desfazer ajuntamentos que ameaçassem a ordem estabelecida, etc. Suas vastas atribuições o tornavam um homem poderoso na localidade, principalmente porque o juiz de paz tinha, ainda, uma influencia decisiva na qualificação eleitoral, ao ser também responsável por decidir, a cada eleição, quem teria direito de voto. (Dohnnikoff, 2005, p. 84).

No que tange à municipalidade, sua relação com as províncias seria modificada em 1828. Esta lei seria um duro golpe na autonomia municipal colocando o legislativo municipal como órgão “puramente administrativo”, subordinado às assembleias provinciais⁴⁰.

Com a Abdicação, as forças que haviam saído vitoriosas no combate contra o Imperador deveriam por em prática seu projeto de governo. Logo depois de 1831 prevalece

³⁹ Ver Título VI, art. 162 da Constituição.

⁴⁰ Dohnnikoff (2005, p. 86) vê nisso uma contradição no movimento liberal. Se de um lado eram defensores da descentralização, de outro receavam a municipalidade, motivando ações que estabeleciam limites no âmbito da província.

a instabilidade, até devido à heterogeneidade da oposição a Dom Pedro I. Passa a governar, como previa a Constituição, uma regência trina.

Mesmo assim, se abria a oportunidade de pôr em prática as principais reivindicações dos liberais, como a descentralização do governo, a autonomia das províncias, a organização das forças armadas, a extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado. As forças políticas se dividem em três grupos principais: os liberais exaltados, alguns identificados com o ideário republicano; os restauradores, ou “corcundas”, que defendiam a volta de D. Pedro I ao trono; e os liberais moderados, fiéis ao princípio monárquico e defensores de uma maior autonomia provincial.

Pouco tempo depois de assumir o poder, já em 1831, o novo governo aprovou a lei que instituiu a Guarda Nacional. Esta força, além de pouco onerosa aos cofres públicos, tornara-se a principal força coercitiva imperial. Organizada nas províncias, conforme desejavam os liberais moderados, estava submetida ao juiz de paz e ao governo da província. Era fruto da desconfiança dos liberais em relação ao exército que, além de ter ativa participação política, era ainda à época composto por um grupo relativamente grande de oficiais portugueses. A Guarda Nacional foi a principal força utilizada na repressão das revoltas ocorridas durante o período regencial.

Duas outras leis adotadas em 1832 também tiveram impacto significativo na forma que assumiu o aparato estatal. A primeira, o Código do Processo Criminal, atribuía grande soma de funções aos juízes de paz. A segunda medida seria a fixação, conforme a própria norma constitucional, de quais artigos da Constituição deviam ser reformulados na próxima legislatura. Estava estabelecido aí o anteprojeto que daria bases ao chamado Ato Adicional.

Discussões a respeito do Ato Adicional se iniciaram já em 1831, mas ele entrou em vigor apenas a partir de 1834⁴¹. Em sua formulação original, constavam dos artigos do Ato Adicional, por exemplo, que o Brasil seria uma “monarquia federativa”. Previa-se também o fim da vitaliciedade do Senado, a extinção do Poder Moderador, uma limitação expressiva no poder de veto do Executivo, a substituição da regência trina por um único regente, a criação das Assembléias provinciais (vale ressaltar que dotadas de significativa força), a extinção do Conselho de Estado, entre outras medidas⁴².

Os debates a respeito do Ato Adicional, principalmente no Senado, modificam-no significativamente. Mesmo assim, não perde seu caráter descentralizador. O projeto aprovado, ao criar as Assembléias provinciais, fixava o número de seus membros e seu período de duração e reunião. Estabelecia também as competências que eram próprias destas Assembléias; como, determinar as despesas municipais e provinciais; controlar o emprego das rendas públicas; criar os cargos que lhes fossem necessários; atribuir à província a responsabilidade de prover a segurança da população; promover a instrução pública (exceto no ensino superior), suspender ou demitir magistrados⁴³. Em grande medida, o Ato Adicional correspondia aos anseios dos liberais moderados.

Esse arranjo, apesar de atender às reivindicações das províncias, não tarda a gerar descontentamento. A partir de então, o Brasil tem um dos períodos mais conturbados da sua história. Eclode uma série de rebeliões, que ameaçam a unidade e a integridade territorial.

As agitações constantes, ocorridas durante os primeiros anos da Regência, impulsionam a criação dos dois grandes partidos do Império: o Conservador e o Liberal. O

⁴¹ O projeto original pode ser encontrado em Uruguai (2002, pp. 515-6).

⁴² Ver Dohnnikoff, 2005, p. 93.

⁴³ Ver São Vicente, 2002, pp. 600-6.

que não significa que não existissem anteriormente forças políticas, mas não chegavam a se organizar como partidos.

Com o Ato Adicional se institui a Regência Una⁴⁴, e, nas eleições de 1835, é escolhido Regente o Padre Diogo Antônio Feijó. Feijó se notabilizara, em gabinetes anteriores, ao ocupar a pasta da Justiça, por ter agido energicamente contra as rebeliões que haviam irrompido. Entretanto, além de ser criticado por supostamente empregar pouca energia no enfrentamento dos Farrapos, o Regente não era muito inclinado a respeitar as formalidades do regime do parlamentar, negando-se a ceder às maiorias parlamentares. Com a saúde abalada e sofrendo pressões, Feijó demite-se em setembro de 1837.

O Regresso Conservador

Um curto período histórico, de 1835 até 1837, levou a uma das maiores reviravoltas da trajetória política brasileira. Nesses anos, um dos mais importantes líderes do movimento que culminara na abdicação de D. Pedro I, Bernardo Pereira de Vasconcelos, inicia sua passagem para o conservadorismo. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, o movimento restaurador perdia sua razão de ser. Mesmo assim, o quadro político era de agitação, provocada pelas rebeliões regenciais e a falta de habilidade de Feijó em lidar com elas.

Tal situação estimulou Vasconcelos, que até então tinha sido um dos principais líderes liberais, a passar para a oposição. O político mineiro, com a proposta de “parar o carro revolucionário”, funda o movimento que culminaria na criação do chamado Partido Conservador.

⁴⁴ Artigo 26 do Ato Adicional. Ver São Vicente (2002, p. 605).

O Partido Conservador nasce como resposta às diversas ações de governo que, acreditam seus fundadores, minariam a autoridade central, encaminhando o país à anarquia. Em torno do novo partido, aglutinam-se grandes proprietários rurais ligados à lavoura de exportação, comerciantes e financistas baseados na Corte e, principalmente, membros da alta burocracia estatal, especialmente magistrados, desejosos da paz e da estabilidade⁴⁵. Contra o Partido Conservador, o Partido Liberal reúne proprietários rurais, um grande número de profissionais liberais e padres, que receavam perder as diversas conquistas da descentralização, empreendida nos primeiros anos da Regência. Haveria diferenças significativas também entre os proprietários rurais dos dois partidos. No Liberal, predominariam proprietários de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul; no Conservador, estariam presentes proprietários ligados às antigas zonas de exploração agrícolas, Pernambuco e Bahia e, principalmente, a Corte.

Em pouco tempo, Vasconcelos consegue consolidar o novo partido, que protagoniza o movimento conhecido como *Regresso Conservador*. As propostas do grupo logo se traduzam em legislação. Já em 1837, antes da renúncia de Feijó, um grupo de parlamentares começara a discutir a revisão de alguns pontos do Ato Adicional⁴⁶. Sobe ao poder na época o chamado Ministério das Capacidades, que contando com estadistas como Vasconcelos, iria iniciar a implementação do programa político regressista.

As discussões sobre o Ato Adicional produzem a chamada Lei de Interpretação do Ato Adicional (maio de 1840). Em oito artigos se procura redefinir o que foi visto como causa de instabilidade. Nesse sentido, prestou-se especial atenção às atribuições das

⁴⁵ Sobre a composição dos partidos, ver Carvalho, 1980.

⁴⁶ Para o parecer da comissão que era também composta por Paulino José Soares de Souza ver Uruguai, 2002, pp. 524-34.

províncias e às obrigações do poder central, buscando delimitar o espaço de ação de cada uma das diferentes esferas de poder. Procurou-se, por exemplo, retirar do poder local a possibilidade de demitir magistrados e suprimir algumas leis provinciais que poderiam se chocar com leis gerais.

Os liberais, receosos das investidas conservadoras, dão o chamado golpe da maioria. Por meio dele, fazem com que D. Pedro II assumo o cargo de Imperador, apesar de ter apenas quinze anos. No entanto, pouco depois os conservadores voltariam ao poder e continuariam as revisões regressistas.

Os regressistas aprovam, em 1841, a lei que restaura o Conselho de Estado, suprimido pelo Ato Adicional⁴⁷, estabelecendo, no ano seguinte, sua forma de funcionamento, que é mantida até o final do Império. Ainda em 1841, os conservadores empreendem a reforma do Código do Processo Penal, visando retirar das mãos dos juízes de paz atribuições referentes ao processo criminal. Cria-se, dessa maneira, os cargos de delegados e subdelegados, funcionários de carreira nomeados pelo poder central para serem responsáveis por tais funções.

Eclode, em 1842, uma revolta liberal contra as reformas que reforçam o poder central. A revolta sensibiliza principalmente os liberais de São Paulo e Minas Gerais. Ela foi, entretanto, facilmente vencida⁴⁸.

⁴⁷ Suprimido pelo art. 32 do Ato Adicional.

⁴⁸ A partir daí, os liberais ficam conhecidos como “luzias”, em referência à Batalha de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde são derrotados. Por sua vez, os Conservadores ganham o apelido de “saquaremas”, devido a alguns de seus líderes, como Rodrigues Torres e Paulino, serem proprietários rurais da região fluminense de mesmo nome.

Segundo Mattos (1987), o Regresso significou também a vitória dos conservadores na batalha retórica com os liberais. A partir daí, o vocabulário político utilizado passaria a ser favorável aos conservadores:

Caminhando com suas próprias contradições, os Liberais não conseguiam evitar [...] que a Liberdade que defendiam fosse atrelada ao princípio da Ordem e à Monarquia, aos quais também aderiram. Impotentes em resistir, julgavam que somente refluindo para o âmbito local e provincial poderiam criar as condições necessárias para o governo da Casa. Dividiam-se, e às suas forças. Seriam unificados por uma denominação: *Luzias*. (Mattos, 1987, p. 143).

Dando seqüência à reorganização do Estado, os conservadores aprovam, em 1850, a reorganização da Guarda Nacional, que deixa de ter seus oficiais eleitos para passarem a designados pelos presidentes de províncias, ou seja, pelo poder central. No mesmo ano, são aprovadas duas outras leis, a lei Eusébio de Queiroz, que punha fim ao tráfico negreiro, e a lei das Terras, que tinha por objetivo substituir as antigas ordenanças que ainda perduravam do período colonial. É certo também que ela visava dificultar o acesso à terra aos futuros imigrantes que se anunciavam com o fim do tráfico.

A partir de então, o Brasil passa por um período de prosperidade. Em decorrência da significativa transferência de capitais do tráfico negreiro para outras atividades, as receitas governamentais dobram entre 1842 e 1853. Levando em conta que a maior parte dessas receitas vinha da arrecadação das alfândegas, é possível imaginar que o país entra em sua fase mais próspera de exportações. Goza, além do mais, de relativa paz interna e é cada vez menos ameaçado pelas províncias platinas que, em 1852, assistem a derrota das forças do líder portenho Juan Manuel de Rosas na Batalha de Monte Caseros.

Neste quadro, completar-se-ia a experiência do Regresso Conservador. A maior parte da historiografia interpreta o período como favorecendo a centralização. Segundo as insuspeitas palavras de Faoro, ele seria a solução para o *caos e a anarquia dos sertões*, (Faoro, 1958, p. 158), resultantes das leis descentralizadoras da Regência.

No entanto, visões alternativas sobre o Regresso vêm aparecendo. Dohnnikoff (2005), por exemplo, defende que o movimento regressista não teria correspondido a uma reviravolta completa na orientação descentralizadora do Ato Adicional. Ter-se-ia estabelecido uma espécie de pacto imperial, em que as elites regionais se acomodariam com o governo imperial. Para tanto, teria havido principalmente uma revisão de alguns princípios relativos à organização do governo, no sentido especialmente de dar mais eficiência e limites mais claros ao Poder Judiciário.

Argumentamos que realmente ocorreu uma mudança significativa da orientação política entre 1831 e 1837. Nossa intenção não é, porém, polemizar com as diversas interpretações do período. Mais do que isso, nos interessa indicar como a visão dominante a respeito do Segundo Reinado destaca a importância do Partido Conservador em relação ao Partido Liberal. Isso ocorre, por exemplo, em duas das análises mais influentes sobre o Império, as de José Murilo de Carvalho e Ilmar Mattos.

Carvalho destaca a homogeneidade de treinamento da elite imperial, que possuía formação em Direito, tanto em Coimbra quanto nas academias criadas no Brasil, em São Paulo e em Olinda. Dessa forma, por meio de treinamento comum, as elites imperiais teriam sido unificadas, partilhando de experiências e visões de mundo quanto aos problemas que deveriam ser enfrentados pelo Estado Imperial. Essa elite imperial se identificaria mais com o Partido Conservador do que com o Partido Liberal.

Já segundo Mattos, as diferenças entre os partidos não refletiriam o treinamento, mas a capacidade dos conservadores de realizarem o que chama de “recunhagem da moeda colonial”. Por meio dela, teriam conseguido constituir efetivamente uma classe senhorial, sendo vitoriosos tanto no campo de batalha, quanto no plano ideológico. Além do mais, os saquaremas estabeleceriam uma hegemonia, em que fariam com que os termos do debate intelectual reproduzissem suas concepções e visões de mundo. Em particular, os Conservadores teriam sido efetivos em dar certo sentido às categorias de Ordem, Liberdade, Segurança⁴⁹.

Assim, teriam sido efetivos na recunhagem da moeda colonial, convertendo-se na nova classe senhorial. Estabelecer-se-ia, a partir de então, não uma diferenciação antagônica entre os dois Partidos, mas sim, uma *hierarquia* entre eles, em que os conservadores teriam papel de direção em relação aos liberais.

A Conciliação

Como já foi notado, a partir da década de 1850, as rebeliões regenciais foram controladas e a Lei Eusébio de Queiroz pôs fim ao tráfico de escravos. Conseqüentemente, capital foi liberado, abrindo caminho para um período de paz e prosperidade, que tem fim com a Guerra do Paraguai.

⁴⁹ A abordagem deste autor incorre, porém, num deslize ao associar o projeto conservador ao pensamento hobbesiano. Afirma Mattos: “De uma apreensão particular dos ensinamentos do autor de *Leviatã* e de *Sobre o Cidadão*, o Regressistas tiraram os elementos que lhes permitiram colocar no centro das discussões políticas a noção de Ordem, por meio da recuperação dos conceitos de Guerra Civil e Soberania, da doutrina da Razão de Estado e da diferença existente entre dimensões privada e pública em cada indivíduo”. Esquece-se, contudo, que à época, Hobbes não era muito lido. Pode-se argumentar que somente com Leo Strauss renasce o interesse por Hobbes. A única referência nos autores que estudamos que menciona Hobbes é Constant, em seus *Principles*.

Com o fim das rebeliões regenciais, os liberais foram se adaptando à nova ordem. Significativamente, ao voltarem ao governo, em 1844, ao invés de desfazerem as reformas dos Conservadores, as mantiveram. Verdade que criaram o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, ou seja, primeiro-ministro, o que serviu para incrementar o ‘parlamentarismo’ brasileiro.

Depois da Regência e do Regresso Conservador, entre 1853 e 1856 se tem o Ministério da Conciliação, presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Nada melhor que um poema, de um folheto da época, chamado “Marmota”, atribuído a José Antônio, para nos dar uma idéia do clima político de então:

Um nobre assim dizia em tom zangado
A outro, que também era homem fino:
-- Que é Vossa Excelência? Um assassino,
Um vil por todo mundo desprezado!...

Ao que este também responde irado:
-- Ó cachorro, ladrão, homem sem tino;
Se continuas mais p’ra o teu ensino
Vou-te às ventas... ouviste malcriado?

-- Vai-me às ventas?!... É muito, sô brejeiro;
Retire a expressão... Olhe que o massô!
-- Retiro... mas você seja o primeiro

Olharam-se... e depois de breve espaço,
Desseram, cada qual mais prazenteiro:
-- Nada houve entre nós... Venha um abraço!
(apud Magalhães Jr, 1956, p. 25).

Ou seja, depois de acirradas disputas, chega-se, em meados do século XIX, ao que é considerado pela literatura política e historiográfica como o período de apogeu do Império.

O regresso promoveu centralização e organizou o aparato estatal. Já o ministério Paraná diluiu as diferenças e clivagens partidárias, contribuindo para uma calma política sem igual na história do Brasil.

No campo econômico, o fim do tráfico, o início dos empreendimentos do Barão de Mauá, os crescentes resultados positivos gerados pelo café, juntamente com a germinação de uma indústria nacional (ainda que incipiente), garantiam grande prosperidade.

Em poucas palavras, a montagem do aparato de Estado pelos conservadores, entre 1837 e 1850, é sucedida por um período de relativa calma, que dura pelo menos dez anos. Já na década de 1860, especialmente depois da dissolução do gabinete de Zacarias Góis e Vasconcelos, a polarização é retomada. O Partido Liberal é revigorado como Novo Partido Liberal e diversos políticos conservadores passam para suas fileiras.

Ao avaliar o “tempo saquarema”, se poderia dizer que a instabilidade da Regência assustou até alguns dos seus principais artífices, como Bernardo Pereira de Vasconcelos. Abriu-se, dessa maneira, caminho para o Regresso Conservador. Ele reformularia parte significativa da orientação dada ao país pela Regência, ao mesmo tempo em que era criado o sistema partidário do Império brasileiro. Mais tarde, antigos adversários políticos se aproximam durante a Conciliação, que dura até meados de 1860, quando renasce, em boa medida por obra do Poder Moderador, as divergências entre os partidos.

Nos dizeres de um dos maiores jornalistas da época, veríamos então que,

[...] Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação e, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização. As

constituições modernas mesmas não são senão o trabalho definitivo dos períodos de transação.

Chegados os povos à fase em que a reação não pode progredir, em que a ação se esmorece, cumpre a sabedoria dos seus governantes a reconheça, aí pare, e pelo estudo da sociedade descubra os meios de trazer a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado. (Rocha apud Magalhães Jr, 1956, p. 163).

Para Justiniano José da Rocha, da independência até o Regresso, teríamos tido o período de *ação*, de 1836 até 1852, a *reação* e, com a conciliação, se viveria então a *transação*. Rocha, que fora um dos principais jornalistas do Império, percebeu, de maneira arguta, certas tendências da política e, particularmente, da política brasileira.

Capítulo II – Os autores, suas obras e seus temas

Nosso objetivo neste capítulo será apresentar alguns dos temas do pensamento conservador brasileiro com base nas formulações de Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente e Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai. Em primeiro lugar, é preciso situar brevemente a atuação destes autores / atores no período. Em seguida, apresentaremos alguns dos seus principais argumentos sobre os grandes temas políticos do período imperial: Poder Moderador, centralização do poder político, Conselho de Estado, a Constituição de 1824 e o papel do Monarca na política brasileira.

Pode-se argumentar que a análise poderia ganhar com a comparação com argumentos contrários, como ocorreria confrontando nossos autores / atores com os dos pensadores e estadistas mais próximos ao Partido Liberal. No entanto, nossa escolha é apresentar o ponto de vista conservador do período.

Outro problema que devemos enfrentar é a trajetória seguida pelos estadistas que estudamos. Por exemplo, com a exceção de Paulino, que sempre foi conservador, os outros dois, de liberais converteram-se em conservadores⁵⁰. Diferenças podem, portanto, aparecer entre os autores. No entanto, como já enfatizamos na introdução, nosso objetivo é mais mostrar linhas de continuidade do que descontinuidades no pensamento conservador brasileiro.

⁵⁰ O que nos parece que não representou ruptura significativa no pensamento de Vasconcelos e São Vicente.

Bernardo Pereira de Vasconcelos⁵¹

Dentre os atores políticos do Império do Brasil, Bernardo Pereira de Vasconcelos é certamente um dos mais peculiares, tanto devido às suas ações como pensamento. Nascido na Villa Rica, em Minas Gerais, no ano de 1795, era filho de advogado português. Também ele se matriculou em Direito na Universidade de Coimbra, em 1814. No entanto, não guardara lembranças muito positivas da faculdade, tendo proferido comentários sarcásticos sobre seu método de ensino.

De retorno ao Brasil, em 1820, exerce funções públicas secundárias – como juiz de fora na comarca de Guaratinguetá⁵². Com a independência é eleito, em 1825, para a primeira legislatura brasileira, deputado pela província de Minas Gerais. Sua carreira parlamentar dura até 1850, quando morre.

Em pouco tempo no cargo de deputado, torna-se chefe da oposição aos governos nomeados por D. Pedro I. Temido por sua capacidade discursiva, foi de grande importância na consolidação do regime parlamentar no Brasil⁵³. Apesar do temor que a primeira legislatura fosse fechada, assim como ocorreu com a Assembléia Constituinte, Vasconcelos, já em um de seus primeiros discursos à Câmara, demonstra não se intimidar:

[...] É axioma, em legislação, que as leis devem ser acomodadas às circunstâncias das nações para que são feitas; a falta desta conformidade torna inúteis, e mesmo prejudiciais, as medidas mais aprovadas em teoria. E como haverá esta conformidade, se não conhecermos estas circunstâncias, se não tivermos experiência, hábito dos negócios, se

⁵¹ Para a biografia de Vasconcelos seguimos Souza (1988). Para os textos, usamos tanto as referências que aparecem em Sousa (1988), e em Vasconcelos (1999).

⁵² Na verdade, segundo seus biógrafos, exerce por pouco tempo estas funções, alegando constantemente motivo de enfermidade para a dispensa do trabalho. Ver Sousa, 1988, p. 28.

⁵³ Na realidade, foi um de seus criadores, pois na Carta de 1824, não era o objetivo dos legisladores estabelecerem tal regime no Brasil.

ignorarmos os obstáculos que na execução podem ocorrer? E onde acharemos nós estes indispensáveis conhecimentos, senão nos agentes do poder Executivo? [...] Qual de nós se curvará a um ministro de Estado; qual de nós não elevará sua voz (voz poderosa, porque é a da nação) para interrogar, refutar e argüir os ministros de Estado? (Vasconcelos, 1999, pp. 68-9).

Nesse discurso se percebe que o estadista não se deixaria intimidar pelas tendências absolutistas de D. Pedro I. No trecho aparecem também pontos fundamentais do estilo e “pensamento político” de Vasconcelos⁵⁴. Em primeiro lugar, o senso prático que guia a maneira como lida com a coisa pública. Em segundo lugar, a concisão e sarcasmo, que inspirava temor.

Como era de se esperar, nem todos – e principalmente o monarca – aceitavam bem o questionamento do seu poder. Não por acaso, Vasconcelos arregimenta, ao longo de seus 25 anos de carreira política, um número considerável de inimigos⁵⁵.

Durante os primeiros anos no parlamento atua constantemente na defesa de direitos individuais e da Constituição. Sua inspiração parece ser a de criar no Brasil uma espécie de regime *parlamentar*, ao molde inglês. Cobra, na *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, o comparecimento dos ministros de Estado para “darem conta de suas respectivas repartições”.

Não se pode, porém, acusar Vasconcelos de em seus primeiros anos de atuação política tentar romper com o regime constitucional brasileiro. Sua ação era sempre pautada

⁵⁴ As aspas são porque este estadista, na verdade, era mais um homem prático que um doutrinador. Entretanto, pode-se argumentar que sua prática política deixará um legado duradouro durante todo o período imperial.

⁵⁵ Um exemplo de tal proceder é a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, onde se percebe facilmente que o principal alvo do texto é o Marquês do Baependi. Ainda, na palavra de Octávio Tarquínio de Sousa: “Bernardo Pereira de Vasconcelos não cultivou jamais a benevolência de ninguém e, talvez por um feitiço particular, que estaria ligado às condições sempre precárias de sua saúde e a uma disposição natural de seu espírito, era antes inclinado ao sarcasmo, descobrindo com facilidade o ridículo alheio diante de cujo espetáculo se deleitava”. Sousa, 1988, p. 14.

pela observância das fórmulas da monarquia constitucional, respeitando a inviolabilidade do Imperador e procurando garantir que a legislação constitucional do país fosse cumprida⁵⁶.

Sobre a Constituição, comentando a rebelião que originaria a Guerra contra as províncias da Prata e a separação da província Cisplatina (atual Uruguai) argumenta:

Um povo governado por uma Constituição tão sábia como a brasileira nunca se rebela, senão quando é infeliz, e um tal povo só pode ser infeliz, quando se calca aos pés a Constituição. (Vasconcelos, 1999, p. 61).

Mesmo sobre Dom Pedro I afirma, no início da *Carta*:

Quão diferente é hoje o estado do Brasil!!! A imprensa principia a servir à causa da liberdade; os cidadãos já não vivem tão inquietos e temerosos, e esses homens amamentados com o impuro leite do despotismo têm reconhecido sua inaptidão e incapacidade. Se até aqui a Constituição tem sido violada, se tantos despotismos e arbitrariedades têm sido cometidos nesta terra da liberdade, é porque o grande monarca do Brasil o ignorava, e não se tinham reunido os que tem todo o interesse na consolidação da monarquia, isto é, os Srs. deputados. (Vasconcelos, 1999, p. 62).

Vasconcelos é muito ativo, sendo de sua autoria importantes leis. Entre suas iniciativas mais relevantes estão a Criação do Supremo Tribunal de Justiça, que toma o lugar do Desembargo do Paço, instituição que se tornara obsoleta com o fim do regime joanino, e a lei que estabelece Código do Processo Criminal.

⁵⁶ É verdade que procurara, juntamente com Feijó e outros, dar um golpe frustrado, em 1832, que transformaria a Câmara em Assembléia Constituinte.

A questão é, portanto, saber por que o legislador mineiro se converte ao conservadorismo. É um grande defensor da Constituição e da monarquia, como boa parte dos conservadores e mesmo liberais. Mas Vasconcelos é sobretudo um realista. Nas palavras de Octávio Tarquínio:

[...] realismo implacável, propício à criação de um clima moral pouco favorável ao surto de idéias formosas, mas irrealizáveis, e anunciando uma posição de espírito que o levaria fatalmente à política conservadora, em que culminou afinal sua carreira. Se o aperto das circunstâncias só nos faculta indagar o que se pode fazer, é perder inutilmente tempo questionar sobre o que é melhor fazer-se. Não há opção; o determinismo das circunstâncias não permite escolher o que seria melhor, o que se deveria fazer: cumpre realizar o que se pode fazer... (Sousa, 1988, p. 51).

Exemplo de tal postura, que o conduziria ao conservadorismo, ocorre numa discussão sobre o regimento interno da Câmara. Contra fórmulas teóricas abstratas, argumenta que a experiência indicaria qual seria o caminho melhor a se seguir⁵⁷.

Com a Regência, Vasconcelos assume a pasta da Fazenda, de 1831 até 1832. Dando mostra de seu senso prático, reformula o sistema de arrecadação do Império, reorganiza o Tesouro Nacional e as Tesourarias provinciais e demite funcionários suspeitos de corrupção. Durante o período manda cunhar moedas de cobre, prática que censura durante o reinado de D. Pedro I. Quando confrontado com a aparente contradição, justifica-

⁵⁷ É decerto insuficiente a associação com o realismo para caracterizar o conservadorismo de Vasconcelos. Entretanto, acreditamos que quando a referência à realidade é usada como argumento contra os oponentes, nos aproximamos do que chamamos de *conservadorismo*

a argumentando que agira motivado pelo *império da necessidade*⁵⁸. Em outras ocasiões também faz uso da justificativa.

Como ministro, escreve a *Exposição dos Princípios do Ministério da Regência*. O documento é redigido num momento onde proliferam revoltas e impera a sensação de insegurança. Em um trecho bem sugestivo, Vasconcelos interpreta o sentido do Sete de Abril:

Agora, senhores, cumpre declarar como entendemos esta memorável revolução. A nação, abdicando o trono constitucional pelo primeiro príncipe que ela elegeu, nem teve intuito de subverter as instituições constitucionais e mudar a dinastia, nem o de consagrar a violência e proclamar a anarquia; usou sim do incontestável direito de resistência à opressão, e quis popularizar a monarquia, arredando-se dela os abusos e os erros que a haviam tornado pesada aos povos, a fim de reconciliá-la com os princípios da verdadeira liberdade. (Vasconcelos, 1999, pp. 200-1).

Ou seja, teríamos algo similar ao que pode ser chamado de *revolução na ordem*⁵⁹. O objetivo do movimento que levou à Abdicação de D. Pedro I não seria alterar a forma de governo ou subverter a ordem vigente. O sentido principal do Sete de Abril seria liberal, procurando conter os desmandos e tendências absolutistas do primeiro imperador.

Logo em seguida no texto, Vasconcelos qualifica quando não se aplicaria o direito de resistência:

Firme nesta inteligência, o governo está firme também na repressão da violência e da sedição, executando e fazendo executar pontualmente as

⁵⁸ Sousa, 1988, p. 111.

⁵⁹ Ver Brandão, 2007.

leis, as providências necessárias. A sedição é um crime, qualquer que seja o pretexto com que se revista; crime é também a violência, porque ela dá princípio à perturbação da ordem que só um governo fraco e as insuficiências das leis podem tolerar. (Vasconcelos, 1999, p. 201).

Isto é, indica-se aqui, ainda que prematuramente, os motivos que levaram à criação do Partido Conservador. Vale ressaltar que os conservadores brasileiros estão mais próximos do liberal-conservadorismo do que do conservadorismo clássico.

Nessa orientação, Torres (1968) sugere certas referências do ideário conservador do Império:

A liberdade somente existe quando o regime do arbítrio, decorrente nas ocasiões em que a desordem e o despotismo devastam as sociedades pela força das paixões desaçaimadas, vem a ser substituído pelo império da lei. (Torres, 1968, p. 10).

Ou seja, pode-se argumentar que os fins perseguidos pelos conservadores são semelhantes aos fins que inspiram os liberais. Diz Torres que “as bases gerais da democracia eram do mesmo modo admitidas por liberais e conservadores” (Torres, 1968, p. 9). Em que eles diferiam era na avaliação, por parte de conservadores, que o poder político não seria um mal, conforme sugere uma linhagem de liberalismo⁶⁰, própria da França da Restauração e da Monarquia de Julho.

Sugere-se existir um foro onde a *legítima* forma de protesto poderia se manifestar: a Assembléia Geral. Fora desse espaço, na Rua, como quer Mattos (1987), o protesto se

⁶⁰ Inspirada principalmente em Guizot.

converteria em crime de sedição e violência política. Portanto, deveria ser combatido o mais energicamente possível. Sousa sugere que

Essa exposição de princípios [...] já era o primeiro marco da política do ‘Regresso’, mais tarde abertamente preconizada por Vasconcelos e em que se pretendeu enxergar uma censurável apostasia. Política de ‘Regresso’, no sentido de abandono de processos violentos, de golpes revolucionários; política de conservação, conciliando o progresso com a ordem. Quem pensou e redigiu este documento era um liberal como os que estavam prevalecendo na França de Luis Felipe, um liberal que queria ordem, trabalho e paz, e já esboçava a criação de um partido conservador [...] para amparar de preferência os [interesses] da grande lavoura, que era a classe dominante aqui então. (Sousa, 1988, p. 109).

Isto é, já em 1831, alguns meses após a abdicação de D. Pedro I, já se poderia constatar os primeiros movimentos de Vasconcelos, afastando-se dos seus antigos companheiros, liberais-moderados. Não por acaso, na época prevalecia na França a política de Guizot, cujo objetivo era pôr fim à Revolução (ou seus resquícios mais indesejáveis) e tornar o país livre e governável.

Vasconcelos deixa de ser ministro da Fazenda em meados de 1832. Seu afastamento do governo é ocasionado por uma tentativa de golpe, que visava transformar a Assembléia Nacional em Assembléia Constituinte. O golpe foi frustrado por Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná. Aos poucos, o conservadorismo de Vasconcelos vai se desenvolvendo, até que ele se manifeste mais explicitamente no Regresso Conservador, em 1837.

A partir da promulgação do Ato Adicional, em 1834, Vasconcelos vai se afastando progressivamente de antigos aliados, como o Padre Feijó e Evaristo da Veiga. Não tem

simpatia por muitas das reformas promovidas pelos liberais moderados, além da morte de D. Pedro I afastar o perigo de restauração. Aproxima-se, assim, de muitos de seus partidários, *caramurus*, numa busca comum pela restauração da ordem.

Em outras palavras, era chegada a hora da “parada no carro revolucionário”. A partir deste período, meados de 1835, até sua morte, em 1850, Vasconcelos trabalha incessantemente pelo que consideraria a principal necessidade do pós Ato-Adicional: reconstruir a ordem.

Com a renúncia de Feijó, na qual tivera decisiva participação, retorna ao ministério, ocupando a pasta da Justiça. Alguns meses antes, definiria, em polêmica com seu antecessor, qual o sentido da política regressista:

Eu entendo que não há um homem no mundo que não deseje o progresso [...] o progresso, pois, entra na natureza do homem; é o desejo insaciável de melhorar a sua situação, de procurar o seu aperfeiçoamento tanto física quanto intelectualmente. [...] Desgraçadamente, as revoluções tendem a exagerar todos os princípios e o progresso não ficou isento desta exageração. Entendeu-se por progresso demolir tudo que existia só porque existia. Esta doença não é própria ou exclusiva no país que habitamos. [...] Ora, a historia de todos os povos mostra que, quando dominam tais idéias, infalivelmente o paradeiro do progresso assim entendido, assim definido, é o abismo. (Vasconcelos, 1999, pp. 237-8).

O Regresso se identificaria, portanto, com a política oposta ao progresso *demolidor*. Ou seja, o *espírito* do Regresso Conservador seria a mudança sem grandes saltos e alterações bruscas. Vasconcelos já se identificava com essas posições no início de sua atuação política, que refletiam, em grande parte, seu realismo. Na verdade, a própria

situação do país importaria, a seu ver, a necessidade da política regressista e a defesa da liberdade dentro da ordem.

Entretanto, muitas eram as acusações que sua mudança de posição teria tido causas venais. No mesmo discurso, responde à acusação:

[...] Chamarei de homem de caráter aquele que rende culto aos princípios, só por amor dos princípios; e que, por consequência, quando a observação, o estudo, a experiência mostram que esses princípios devem ser modificados, que alguns deles devem ser renunciados em obsequio à verdade, não hesita em sacrificar o erro, em lugar de persistir, mantendo opiniões errôneas. (Vasconcelos, 1999, pp. 238-9).

Isto é, Vasconcelos admitia ter mudado de posição, mas justificava a guinada. Pouco dado a posições teóricas extremadas, se aproximava de posições liberais-conservadoras. Como Guizot, desejava conciliar a liberdade com a ordem, criando condições de governabilidade.

O ‘império da necessidade’ também justificaria a defesa da escravidão⁶¹. Argumenta que a Abolição levaria a uma ruptura traumática com a estrutura econômica então existente. Nessa postura, se diferencia de São Vicente, que teve papel ativo na elaboração da Lei do Ventre Livre, e de Uruguai, que se omitiu, não tratando do problema do trabalho servil.

Vasconcelos foi nomeado senador em 1838. Nessa condição, teve papel ativo na lei de interpretação do Ato Adicional, na Reforma do Código do Processo Penal e na reabertura do Conselho de Estado. Morreria em maio de 1850.

Vasconcelos foi, nos primeiros anos do Império, um dos mais influentes políticos brasileiros. Foi, em especial, um dos principais responsáveis por implementar a prática

⁶¹ Ver Vasconcelos, 1999, pp. 268-9.

parlamentar no Brasil. Naquele espaço, se poderia agir como governo e oposição, evitando-se a sedição.

José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente

José Antônio Pimenta Bueno, depois Marquês de São Vicente, nasce em 1803, em Santos, na província de São Paulo. Segundo versão não confirmada, seria filho ilegítimo, adotado por médico que lhe deu seu nome⁶². Faz estudos primários em Santos e, em 1828, ingressa na primeira turma da recém-criada Faculdade de Direito de São Paulo, graduando-se em 1832.

Apadrinhado por Martim Francisco Andrada, começa sua carreira, como Vasconcelos, no Partido Liberal. Foi juiz da alfândega em Santos, o primeiro juiz da recém-criada comarca santista, presidente da Província de Mato Grosso, ministro plenipotenciário do Brasil junto a república do Paraguai e deputado geral pela província de São Paulo. Ministro da Justiça entre 1847 e 1848, rompe neste ano com o Partido Liberal.

Como conservador, é nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, senador, pela província de São Paulo e membro do Conselho de Estado. Como presidente do Conselho de Ministros não tem grande êxito na promoção da abolição, com a lei do Ventre Livre. Recebeu, devido aos serviços prestados, os títulos de Visconde e de Marquês. Morre em 1878, deixando vasta obra, sobretudo no campo jurídico.

⁶² Usamos para este esboço biográfico o texto de Kugelmas (2002) e de Castelo Branco (1973). Usamos também estes textos no que nos auxiliam na interpretação deste autor.

Pimenta Bueno foi o típico político de gabinete, próximo à Coroa. Avesso a disputas partidárias e sem a obstinação política de um Vasconcelos, foi um político mais apropriado para o Senado e, principalmente, para o Conselho de Estado.

Foi também um dos principais juristas do Império. Publicou quase uma dezena de livros sobre variados problemas jurídicos. O mais importante, para nosso trabalho, é o *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, de 1857. Procuraremos aqui reconstruir seus argumentos sobre alguns dos principais temas políticos do Império: a Constituição de 1824, o Poder Moderador, as atribuições do Monarca, o Ato Adicional e os direitos dos cidadãos.

O Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império

O *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* é considerado a principal obra do direito público no Império. Está dividido em oito títulos – assim como a constituição de 1824 – mais um preliminar. Nele, são expostos alguns princípios básicos do Direito, seus ramos. Acrescenta que:

No pequeno contingente, que oferecemos especialmente à mocidade brasileira, fomos sempre fieis aos dois princípios que nos dominam, ordem e liberdade: são sentimentos de nossa convicção sincera e profunda. (São Vicente, 2002, p. 59).

Sugere ainda a referência a uma série de livros sobre o Direito Público. Nesta lista constam Tocqueville e Benjamin Constant, mas não menciona Guizot⁶³.

⁶³ São Vicente, 2002, pp. 73-4.

No primeiro título⁶⁴, São Vicente discute o problema da unidade territorial. Defende o autor que a unidade territorial não seria somente um direito fundamental, mas um *dogma político*⁶⁵, inviolável. Mesmo assim, não deixaria de haver espaço para as províncias:

O importante princípio de homogeneidade ou unidade nacional, que é o laço o mais robusto da força e a indivisibilidade do Império, muito lucrará com uma boa divisão de províncias. [...] Por isso mesmo que o Império é um e único, que ele não é dividido em províncias senão no sentido e fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração, de modo que em toda a extensão do país haja centros adequados e próximos para o serviço e bem-ser dos respectivos habitantes, por isso mesmo cumpre ser conseqüente. (São Vicente, 2002, p. 81).

Em outras palavras, as províncias não teriam direitos *per se*, como na união americana. No Brasil a divisão em províncias seria formal e pautar-se-ia por critérios de eficiência administrativa⁶⁶. Não teriam, portanto, uma existência propriamente política, dotada de direitos próprios⁶⁷.

Ao tratar da soberania e da forma de governo do Império, avalia que a forma de governo, adotada pela Constituição de 1824, seria a mais consistente possível. Em sua combinação de monarquia, constituição e representação política, se favoreceria princípios que estimulariam o desenvolvimento e a estabilidade política.

⁶⁴ Resolvemos seguir a ordem em que os problemas são tratados no texto para facilitar a exposição e a localização dos temas no texto. É certo que o livro, por ser composto de comentários sobre os artigos constitucionais (Constituição e Ato Adicional), se torna repetitivo em alguns trechos. Focaremos então no que seriam, a nosso ver, seus temas mais importantes.

⁶⁵ São Vicente, 2002, p. 80.

⁶⁶ Conforme aponta Ferreira (1999), Tavares Bastos tinha posição muito diferente, considerando a província não só como unidade administrativa, mas também política.

⁶⁷ Este tema aparece também no Visconde do Uruguai.

A adoção do regime monárquico favoreceria a centralização. Além do mais, sendo a monarquia hereditária se resolveria o problema da sucessão. Ou seja, além de unidade, ainda estaríamos resguardados dos *perigos* e inconvenientes do sufrágio na escolha do monarca.

Além do mais, o governo seria constitucional, o que implicaria que deveriam ser traçados, de forma precisa, as divisões, limites e atribuições de cada um dos poderes, bem como fixados os direitos e deveres dos cidadãos. A Constituição funcionaria como uma garantia contra o despotismo real ou contra abusos cometidos por qualquer dos poderes. Seria, portanto, a “lei fundamental”, a ser resguardada pelos poderes públicos assim como pelos cidadãos⁶⁸.

Quanto à natureza representativa do regime, Pimenta Bueno afirma que tal governo existe quando os seus cidadãos ativos são chamados para atuarem em favor do poder publico.

Ao tratar da divisão dos poderes e suas atribuições, repete a formulação clássica em relação aos três poderes: o Poder Legislativo seria responsável pela criação e promulgação das leis, o Executivo executaria estas leis e o Judiciário seria responsável por dirimir questões que surgiriam do choque dos interesses particulares. A divisão dos poderes evitaria o despotismo. Aparece, porém, um quarto poder, o Poder Moderador que coloca nas mãos do monarca algumas atribuições que teriam caráter ‘neutro’.

No título segundo, Pimenta Bueno analisa o Poder Legislativo. Além de ressaltar sua importância, destaca também os perigos da concentração de poder no Legislativo. Cita a França, do período jacobino, como exemplo desses males (São Vicente, 2002, p. 109). Argumenta que além da

⁶⁸ São Vicente, 2002, p. 88.

divisão em duas câmaras, também a Coroa teria papel importante para se evitar o despotismo parlamentar.

Isto é, as garantias equivaleriam à divisão em duas casas, para que “cada uma das Câmaras seja fiscal da outra” (São Vicente, 2002, p. 111), e o veto do monarca. Este, como poder político, também deveria contribuir, como *centro de luzes* que era, para a estabilidade e contensão de eventuais abusos por parte do Legislativo. Mais especificamente, a Câmara Baixa, dos Deputados, representaria o progresso, dos interesses locais e móveis, respondendo ao sufrágio regular a que estava submetida (São Vicente, 2002, p. 116). Já o Senado, pelo seu caráter inamovível, pelas suas exigências de idade, representaria a conservação, funcionando como “guarda, juiz consciencioso entre a liberdade e o poder” (São Vicente, 2002, p. 116). Ajuntava-se ainda a este esquema, o veto da Coroa, que para São Vicente seria vital, pois:

Colocada a Coroa sem rivais acima de todos os interesses do momento, animada de seu principio de perpetuidade, superior a todos os partidos e paixões, não podendo ter verdadeira glória e força senão na felicidade e vigor da sociedade, senão na estabilidade de suas instituições, na prosperidade nacional, quem deverá temer e desviar mais do que ela qualquer tentativa ou lei perigosa? (São Vicente, 2002, p. 206).

A Coroa teria, portanto, função de árbitro e não de contra-freio como Câmara e Senado. Ela deveria se comportar de maneira harmônica e neutra, garantindo que nunca fossem *perigosas* as leis que entrassem em vigor. Pode-se deduzir que grande poder é colocada nas mãos do monarca e isso é justificado por sua suposta posição neutra e superior às disputas. O monarca seria depositário e maior interessado no progresso e na estabilidade do país. Teria, pois, tudo a perder com mudanças bruscas e traumáticas.

Em seu título terceiro, o autor discute o problema das atribuições das assembléias provinciais. Não trataremos desse problema. Mas junto com ele também é analisada a centralização e o Ato Adicional, questões que nos interessam.

Sugere que diante de certas questões não seria possível aplicar a descentralização. No entanto, a centralização poderia ser desnecessária e até mesmo perigosa para outros problemas. O argumento é que aquilo que seria denominado *geral* deveria estar na esfera da Coroa. Tudo que não entrasse nesta qualidade, ficaria então sob responsabilidade daqueles que mais se interessariam em cuidar destes interesses, os habitantes das províncias. Para São Vicente, o problema estaria na dificuldade de se definir os exatos limites dessas atribuições⁶⁹.

O Ato Adicional confundiria essa orientação. Em compensação, a lei interpretativa separaria, de modo preciso, a divisão entre o que seria geral e o que seria provincial e/ou municipal⁷⁰.

O título quarto trata das eleições. Sugere que as pré-condições para votar no Brasil seriam tão baixas que o país se aproximaria do sufrágio universal. As eleições eram indiretas e nisso São Vicente via muita astúcia posto que, na medida em que se aumentavam os requisitos na passagem de votantes para a escolha dos eleitores⁷¹ (aqueles iriam, de fato, votar em deputado e senador), nos afastaríamos do voto universal. Este método de votação seria considerado um modo de fazer com que pessoas sem inteligência ou posses e, por isso mesmo, facilmente influenciáveis, ganhassem poder significativo de

⁶⁹ A posição de Uruguai não é muito diferente.

⁷⁰ Dohnikoff indica que a lei interpretativa não retirava grande soma de atribuições das mãos das províncias. O que ela fizera foi 'aparar', de modo mais preciso, as arestas do Ato Adicional, centralizando decerto o Poder Judiciário, mas mantendo os outros a cargo das províncias.

⁷¹ Sobre a forma das eleições, ver Cap. I.

escolha, e assim distorcessem os resultados eleitorais⁷². As eleições indiretas garantiriam uma escolha mais isenta.

O certo é que as exigências da votação brasileira não eram tão acentuadas. Provavelmente em razão de que não eram exigidos, na maior parte do período imperial, requisitos de escolaridade para o votante de primeiro grau.

No título quinto do trabalho, São Vicente trata de um dos temas políticos mais importantes do Império, o Poder Moderador. Em defesa de sua divisão e do fato de estar nas mãos do Imperador, argumenta:

Na maior parte das monarquias constitucionais e representativas, o Poder Moderador está reunido ao Poder Executivo [...] é porem, mais lógico e conveniente não confiá-lo, e menos confundi-lo, com nenhum outro poder... Pelo que toca à personalidade a quem deve ser confiado, não pode haver dúvida em que deve ser ao imperante... O depositário deste grande poder neutro deve estar cercado de todos os respeitos, tradições e esplendor, da força da opinião e do prestígio. [...] O exercício do poder Moderador é quem evita, nos perigos públicos, o terrível dilema da ditadura ou da revolução. (São Vicente, 2002, p. 281).

Seria, para o autor, um aspecto positivo da Constituição o Poder Moderador estar nas mãos do monarca. O Imperador, diferente do que defendiam os liberais, não deveria ter apenas um papel simbólico. Ao contrário, como defendiam os conservadores, o poder moderador tornaria possível ao monarca ter um papel ativo nos negócios públicos.

⁷² “O voto universal reduz sem dúvida os cidadãos a simples cifras, sem atenção às condições da inteligência e da prosperidade; estabelece uma igualdade absoluta, apesar da diversidade e mesmo oposição da circunstâncias dos indivíduos; sujeita a parte pensadora da nação, que é sempre comparativamente pouco numerosa, à multidão que não pensa, que não oferece as garantias necessárias, e uma desta é o sentimento e o fato da independência do votante. Em ultimo resultado, as escolhas serão perigosas, e porventura escravas do poder desde que ele queira e saiba adular a multidão” (São Vicente, 2002, pp. 265-6). Podemos neste trecho ver até semelhanças com argumentos de Tocqueville sobre o mesmo tema.

No título sexto, São Vicente trata do Poder Executivo. Define-o de forma tradicional, como poder que executa as leis, além de funcionar como órgão de administração pública e política. No entanto, mais polêmico é como trata da delegação do poder Executivo por parte do Imperador (art. 102 da Carta de 1824). Em termos mais amplos, a questão das atribuições do monarca gerou um importante debate no Império sobre se o rei *reina*, mas não governa, ou se o rei teria atribuições não simplesmente simbólicas (*reina, governa e administra*).

Pimenta Bueno não vê problema na Coroa poder escolher os ministros, argumentando que o monarca, por si só, não teria meios suficientes para governar. Para tanto, ele dependeria dos ministros. Esta questão agitaria posteriormente a política imperial com o panfleto de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em que defendia que, no Brasil, a formula de Constant teria sido subvertida, pelo fato de que a Coroa excederia suas atribuições⁷³.

Quando trata da questão da responsabilidade dos ministros, nem mesmo cita o imperador, que conforme as fórmulas da época, seria inviolável. Por outro lado, admite que negar responsabilidade ao Executivo equivaleria a instaurar um despotismo por parte deste poder. A solução seria, portanto, atribuir responsabilidade aos ministros, não afetando o seu delegado, a Coroa (São Vicente, 2002, pp. 341-2).

Ao abordar o Conselho de Estado, avalia que é um órgão de grande importância. Tendo uma função consultiva, auxiliaria a Coroa com “luzes, experiência e opiniões ou pareceres” (São Vicente, 2002, p. 365). Além disso, no Brasil, seria ainda responsável pelo

⁷³ Ver Ambrosini (2004a) para maiores detalhes sobre a polêmica.

contencioso administrativo, ou seja, por julgar as questões em que a administração pública, em suas ações, ferisse os direitos dos cidadãos.

Por fim, discute o Poder Judiciário e os direitos individuais, em seus títulos sétimo e oitavo. Não trataremos do sétimo porque seu conteúdo seria mais propriamente voltado para a organização jurídica do Império e, portanto, sairia de nosso escopo. Quanto ao oitavo, transparece que São Vicente é, entre os três autores por nós debatidos, o mais liberal. Além de fazer uso do argumento da existência de direitos inatos ao cidadão, tece até mesmo críticas à desigualdade de renda e aos empecilhos criados por nossa legislação para Sociedades Anônimas (São Vicente, 2002, 487-489).

São Vicente apresenta até, de forma convincente, o conteúdo de defesa de direitos dos brasileiros, que apareciam no último artigo da constituição de 1824. Talvez, o que ele não enxergara, para retomar a observação feita por Kugelmas, era a distância entre o *pays légal* e o *pays réel*. Nas palavras deste autor:

No fundo, suas dificuldades [de São Vicente, em tentar defender as instituições imperiais] refletem os embaraços e aporias de todo o pensamento brasileiro no século XIX; quer apresentar ao leitor o texto de 1824 e o sistema político imperial como se fossem legítimas flores do liberalismo constitucional, mas esbarra nas peculiaridades do próprio ordenamento e nos abismos entre *pays réel* e *pays légal*. (Kugelmas, 2002, p. 35).

Assim como o conservadorismo de Vasconcelos, o de Pimenta Bueno nutre verdadeira aversão à mudança. Não por acaso, são frequentes suas opiniões a favor da Coroa, elemento supostamente *harmonioso* e *conservador*. Sugere que contra-freios, acrescidos do Poder Moderador, evitariam “o terrível dilema entre ditadura e revolução”.

Isto é, como outros políticos da sua época, buscava principalmente o equilíbrio entre liberdade e autoridade. Equilíbrio este que tinha um caráter liberal-conservador.

Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai

Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, é certamente um dos mais importantes estadistas do Império. Além de sua atuação política, foi sistemático e consistente ao tratar de alguns dos principais temas políticos do Império⁷⁴. Por fim, sugere mesmo um caminho para se apropriar de instituições estrangeiras, tema que abordaremos nas considerações finais desta dissertação.

Paulino José Soares de Souza nasce em 1807, em Paris, filho de um médico brasileiro e mãe francesa, cujo pai fora guilhotinado durante o Terror. O pai de Paulino se estabeleceu depois em São Luiz. Estuda direito em Coimbra e em São Paulo. Formado, é nomeado juiz do fora da comarca de São Paulo. Com a renúncia do gabinete de Feijó, o companheiro de turma de Paulino em Coimbra, Honório Hermeto Carneiro Leão, se torna ministro da Justiça. Protege o amigo, nomeando-o juiz na Corte.

Casa-se então com a filha de um grande fazendeiro da região de Saquarema, o que o aproxima de grandes proprietários de terra do Império. É eleito, em 1838, deputado pela província do Rio de Janeiro e, no mesmo ano, torna-se presidente desta mesma província.

Como deputado, se aproxima do grupo de Vasconcelos. Assina, em 1837, parecer apontando problemas nas atribuições do Ato Adicional, texto que serve de base para a lei

⁷⁴ Para a vida do autor e alguns comentários sobre sua obra utilizamos os textos de seus bisnetos, José Antônio Soares de Souza, o primeiro capítulo do texto de Coser (2006) e a introdução de Carvalho (2002) ao *Ensaio*.

105, a lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840⁷⁵. Ou seja, Paulino se torna deputado quando se inicia o Regresso Conservador. Toda sua carreira política transcorre no Partido Conservador, o que é diferente dos outros dois autores / atores que discutimos.

Paulino se torna, em 1842, ministro da Justiça. Naquele cargo combate, de maneira enérgica, as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais, e rebeliões do Norte do país. É certo, como mostram Carvalho (2002) e Coser (2006), que Uruguai diferenciaria as revoltas, usando de mais força contra as do Norte, que buscariam “apagar os traços de nossa civilização nascente”.

Passa por um período de ostracismo, entre 1844 e 1846, não sendo mesmo eleito para a Câmara. É nomeado, em 1849, senador pela província do Rio de Janeiro. No mesmo ano é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. No entanto, abandona, em 1853, o gabinete, segundo Coser (2006, p. 40), devido à discordância com a política da Conciliação.

Recebe, em 1854, o título de Visconde do Uruguai, progressivamente se afastando da cena política. Dedicar-se especialmente a escrever livros, publicando, em 1862, a obra que analisaremos neste trabalho, o *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Já os *Estudos Práticos sobre a administração das províncias* aparecem em 1865. Morre no ano seguinte.

O Ensaio sobre o Direito Administrativo

No *Ensaio*, Uruguai além de discutir as idéias liberais da sua época também critica o próprio modelo de Estado montado pelos conservadores no Regresso. Julga-os sob a luz de

⁷⁵ Estas leis, juntamente com a reforma no Código do Processo e a Lei que restabelece o Conselho de Estado, são o cerne do Regresso. Ver capítulo I.

seus estudos de autores administrativos e publicistas da sua época e das viagens que realizou, na qualidade de ministro, à Inglaterra e à França.

O texto se divide em dois. A primeira parte analisa o Direito Administrativo propriamente dito. A segunda parte trata de “alguns problemas da atualidade”, como o Poder Moderador, contestado pelo panfleto de Zacharias de Góis e Vasconcelos, as atribuições do Monarca, a centralização e inclusive o uso de modelos estrangeiros para nosso país⁷⁶.

Aparentemente, os problemas não estariam relacionados. No entanto, como argumenta o próprio Uruguai, as questões propriamente administrativas estariam subordinadas aos poderes políticos. Estes funcionariam como o *cérebro*, na execução destes direitos para os cidadãos.

Procuraremos indicar os principais argumentos de Paulino sobre os direitos individuais, as garantias que o poder público deveria prover aos cidadãos, suas considerações sobre as principais instituições políticas da época - Poder Moderador e Conselho de Estado - e sua análise da centralização e da descentralização.

Um dos primeiros problemas discutidos por Uruguai no *Ensaio* é a questão da burocracia administrativa. A seu ver, seria necessária no Brasil a separação efetiva entre o que fosse propriamente administração pública, isto é, trabalhos mais corriqueiros empreendidos no intuito de satisfazer as necessidades da população, de trabalhos propriamente mais políticos. Seria preciso, portanto, a instalação de uma burocracia

⁷⁶ Este último problema nós deixaremos para as considerações finais. Os outros trataremos aqui. Sobre o Poder Moderador, ver Ambrosini (2004a); sobre a questão da centralização, colocada em perspectiva com o pensamento liberal, ver Ferreira (1999).

especializada, que se encontrasse fora dos limites da política, e, ao mesmo tempo, contribuísse para a maior eficiência da administração e do Poder Político.

Já no início do texto, Uruguai aponta para as diferenças da administração no Brasil e na França:

Na viagem que ultimamente fiz à Europa não me causaram tamanha impressão os monumentos das artes e das ciências, a riqueza, força e poder material de duas grandes nações: a França e a Inglaterra, quanto os resultados práticos e palpáveis de sua administração [...] As relações entre a administração e os administrados são fáceis, simples, benévolas e sempre corteses. Não encontrava na imprensa, nas discussões das câmaras, nas conversações particulares essa infinidade de queixas e doestos, tão freqüentes entre nós, contra verdadeiros ou supostos erros, descuidos e injustiças da administração, mesmo contra a justiça civil e criminal. (Uruguai, 2002, p. 67).

A preocupação de Uruguai com a administração se concentrava na eficiência e na justiça de suas ações. Para aumentar a eficiência, sugere que a administração se separe do Poder Político, mesmo que continue subordinada a ele. Se deveria também repensar a organização interna da administração, pois a que vigia no país acabava por não dar garantias aos administrados. Por fim, a administração deveria ter um alcance efetivo para resolver as questões das quais se ocupava. Nossa administração seria ineficiente porque não harmonizava os agentes internos, o pessoal encarregado de planejar as obras e os agentes externos, que deveriam pôr em prática o que os primeiros tinham elaborado:

Gasta-se muito papel, discute-se muito, teoricamente, e o resultado, que se vê e se apalpa, é quase nenhum. Temos grande tendência para o aparato. Uma grande parte dos nossos regulamentos de secretarias, e outros são

mais aparato que realidade, porque não correspondem a essas repartições meios externos de ação suficientes. (Uruguai, 2002, p. 205).

Outro argumento em favor da separação entre administração e Poder Político seria de que o primeiro exigiria perenidade, o que seria incompatível com as mudanças do segundo devido às eleições:

Nos países que não possuem instituições semelhantes completa e praticamente desenvolvidas, cada mudança de ministério e de administradores, como são os nossos presidentes, traz uma inversão às vezes completa não só no pessoal administrativo, como no modo de encarar e decidir as questões administrativas. O administrador que começava a tomar pé nos negócios da província é mudado, leva consigo o que a custo aprendeu e aí vem outro, o qual, apenas concluídas as primeiras apalpadelas, é também mudado. [...] É assim que somos administrados! (Uruguai, 2002, pp. 93-94).

Além do mais, a separação entre Poder Político da administração poderia contribuir para tornar esta mais ágil. Dever-se-ia, nessa orientação, retirar das atribuições do Poder Político aqueles problemas que pudessem ser resolvidos por outras instâncias.

Numa outra dimensão, o funcionamento da administração no Brasil gerava constantes queixas de indivíduos que acreditavam ver seus direitos desrespeitados. Seria necessário, portanto, organizar um arranjo administrativo de tal modo que oferecesse garantias para evitar que o poder público incorresse em atos arbitrários contra os indivíduos.

Em poucas palavras, o problema básico que se colocava à administração pública seria de que ela deveria evitar ferir direitos de maneira arbitrária e, ao mesmo tempo, não

deveria ter sua ação travada. Para tanto, Uruguai sugere que seja criado um tribunal de Contencioso Administrativo⁷⁷.

Por Contencioso Administrativo se pode entender uma ação governamental que fere direitos individuais. Por outro lado, teríamos ações que poderiam obstruir interesses (não concretizados), estas ações seriam denominadas Graciosas. Uma estrada não passar em sua vila seria ferir um interesse e, portanto, um ato gracioso. Uma mesma estrada cortar uma lavoura ao meio seria ato que feriria seu direito de propriedade e, portanto, seria um ato contencioso.

A finalidade do tribunal proposto por Uruguai seria a de julgar os casos em que a administração pública pudesse vir a ferir algum direito dos administrados. Com isso, se evitaria que ocorressem situações em que os direitos fossem violados por obra de ação política arbitrária e também se garantisse amplas possibilidades de defesa para as vítimas de casos de violação de direitos sem intenção política deliberada.

Uruguai propõe, assim, um método para a resolução de conflitos que poderiam surgir no correr dos trabalhos da administração. A orientação seria no sentido de buscar um meio-termo entre as necessidades administrativas e o respeito aos direitos individuais. Aparentemente, a motivação principal é o perigo do poder local agir arbitrariamente, especialmente por motivação política.

Para além de questões meramente administrativas, Uruguai trata do Conselho de Estado. Este teria um duplo caráter: de órgão administrativo, responsável pelo julgamento de casos ligados ao gracioso e ao contencioso administrativo; e de órgão político,

⁷⁷ Vale lembrar que à época o Conselho de Estado era o responsável pelo julgamento do Contencioso Administrativo.

responsável por aconselhar o monarca no uso da maior parte das atribuições do Poder Moderador, e os ministros em algumas questões referentes ao Poder Executivo.

O Conselho de Estado fora objeto de intensa controvérsia. Liberais argumentaram que o Ato Adicional teria proibido-o, o que foi contestado por Vasconcelos. Também se argumentou que o Conselho colocaria o jovem monarca como refém de um grupo que influenciariam suas opiniões.

Uruguai defende que o Conselho de Estado seria meramente consultivo. Sua inamovibilidade seria justificada, já que os conselheiros deveriam estar afastados das lutas políticas e partidárias.

As atribuições do Conselho de Estado seriam de quatro tipos: 1) aconselhar o Poder Moderador; 2) aconselhar o Executivo; 3) aconselhar ações graciosas do poder administrativo e; 4) aconselhar contenciosas do poder administrativo (Uruguai, 2002, p. 280). Para sua função mais importante, de conselheiro do Poder Moderador:

Deve ser homem de Estado, independente, pela sua posição e caráter, do ministério, e quando for possível dos partidos. [...] Para que aconselhe bem a Coroa é-lhe precisa uma independência, a qual, salvo algum corretivo, somente a vitaliciedade lhe pode dar. (Uruguai, 2002, p. 280).

Os conselheiros teriam que ser irresponsáveis e corresponderiam a uma espécie de escudo dos atos do monarca. Portanto, este órgão, a despeito da consideração inicial de Uruguai, seria mais que *meramente consultivo*, teria um papel político iminente, crítica que foi feita pelos liberais.

Em relação ao motivo principal das controvérsias entre conservadores e liberais no Império, o Poder Moderador, Uruguai defende que ele tenha atribuições políticas. Como

previa a Constituição de 1824, deveria evitar especialmente eventuais choques entre os outros poderes.

Conservadores, como Uruguai, consideravam que as atribuições do Poder Moderador seriam neutras. Isso ocorreria, em primeiro lugar, porque ele se encontraria nas mãos privativas do monarca, que estaria fora do jogo político-partidário. Conseqüentemente, seria alguém que não estaria entregue às paixões momentâneas da política partidária. Em segundo lugar, o Poder Moderador seria neutro porque poderia até mesmo evitar que algum bem fosse levado a cabo, mas nunca cometeria um mal. O Poder Moderador deveria funcionar como um tutor dos outros poderes, dotado de força suficiente para evitar qualquer ação negativa deles:

Cumpre ter muito em vista uma circunstância importantíssima, e vem a ser que o Poder Moderador, pela natureza e alcance de suas atribuições, separadas do Executivo, não pode ser invasor, não pode usurpar. Pode embaraçar o movimento, não o pode, por si só, empreender e levar a efeito; o mais que pode efetuar é a conservação do que se está por algum tempo. É poder não de movimento, mas essencialmente conservador. (Uruguai, 2002, p. 345).

Assim, o Poder Moderador teria uma função primordial na manutenção do equilíbrio entre os poderes. Seria um poder conservador, pois em sua essência visaria manter em harmonia os outros poderes e evitar que entrassem em choque ou, caso isso ocorresse, deveria contribuir para a resolução do conflito.

Ligado ao Poder Moderador, aparece o problema das atribuições do monarca. Já na França da monarquia de Julho houve quem, como Thiers, defendeu que o monarca deveria apenas reinar, ao passo que outros, como Guizot, que ele deveria reinar e governar⁷⁸.

Segundo Uruguai, o monarca brasileiro seria tanto chefe do Executivo como delegado do Poder Moderador.

Por delegado do Poder Moderador, entende que suas atribuições seriam de uso privativo do Imperador. Uruguai acredita que a posição social do Monarca funcionaria como uma garantia contra o mau uso deste poder, pois não seria de seu interesse usar de maneira irresponsável as prerrogativas ligadas ao Poder Moderador.

Quanto às atribuições do monarca como chefe do Executivo, Uruguai argumenta que a Constituição determinaria que ele reinasse e governe. A justificativa para este arranjo seria que os chefes partidários, preocupados somente com as maiorias parlamentares, poderiam se esquecer das necessidades nacionais. Conseqüentemente, o governo poderia acabar por deixar de representar a vontade da nação. Este perigo seria evitado com a atribuição da chefia do Poder Executivo ao monarca, que estaria mais voltado para a defesa do interesse nacional, que os políticos. Nas palavras de Uruguai,

Governo exclusivo das maiorias das Câmaras [...] pode marchar por algum tempo, mas que não pode ser permanente, e [...] muitas vezes pode deixar de representar a vontade nacional.

A nossa Constituição não supôs nem admite o governo exclusivo de algum poder. Desenglobou-os, separou-os com maior perfeição que qualquer Constituição que conheço. Deu a cada um justo e independente quinhão de atribuições. Cada um influi no governo segundo essas atribuições. A máxima – o rei reina e não governa – é completamente

⁷⁸ Uruguai retoma alguns trechos desta discussão. Ver Uruguai, 2002, pp. 391-405.

vazia de sentido para nós, pela nossa Constituição. O Imperador exerce as atribuições que a Constituição lhe confere... (Uruguai, 2002, pp. 424-5).

Quanto à centralização ou descentralização, Uruguai defende que o poder político deveria ser sempre centralizado de modo a evitar o choque entre poderes. Por outro lado, a administração deveria ser, na medida do possível, descentralizada.

Existiriam dois tipos de centralização, nas palavras de Uruguai, uma, a centralização política, seria indispensável ao funcionamento do corpo político. Tocqueville é citado para se argumentar que grande parte das misérias da sociedade feudal se daria devido à descentralização política. A descentralização política geraria instabilidade:

A centralização política é essencial. Nenhuma nação pode existir sem ela. Nos governos representativos obtêm-se a unidade na legislação e na direção dos negócios políticos pelo acordo das Câmaras e do poder Executivo. Por meio do mecanismo constitucional convergem os poderes para se centralizarem em uma só vontade, em um pensamento. Se esse acordo, essa unidade, essa centralização não existe e não é restabelecida pelos meios que a Constituição fornece, a máquina constitucional emperra a cada momento, até que estala. (Uruguai, 2002, p. 432).

Já a descentralização administrativa seria viável desde que observadas algumas restrições. Na verdade, existiriam duas possíveis vias para empreender a descentralização administrativa: a primeira seria disseminar o poder das mãos dos governos centrais para os das províncias; a segunda se daria mediante o estímulo para que a sociedade tratasse de seus próprios negócios. No primeiro caso, funções administrativas seriam transferidas do poder central para as províncias. No segundo, se deixaria a cargo das províncias o tratamento das questões relativas aos seus interesses.

Uma descentralização do primeiro tipo seria relativamente fácil de empreender, além de ser conveniente. Por meio dela, o governo central manteria controle sobre as administrações locais e ainda diminuiria sua sobrecarga de trabalho:

Esta descentralização [...] verifica-se somente deslocando o exercício de certas atribuições que o governo central acumulava, e transferindo-o para os prefeitos ou subprefeitos, delegados do mesmo governo. Não dava às localidades maior ingerência nos seus negócios peculiares. (Uruguai, 2002, p. 446).

Porém, para Uruguai, o melhor tipo de descentralização seria a descentralização no intuito de restituir à sociedade a faculdade de tratar de seus próprios interesses. Tal iniciativa se justificaria até porque os indivíduos seriam aqueles em melhor posição para avaliar suas necessidades. No entanto, o mais importante para essa descentralização, costumes favoráveis ao *self-government*, estaria ausente do Brasil:

A maior ou menor centralização ou descentralização depende muito das circunstâncias do país, da educação, dos hábitos e caráter nacionais, e não somente da legislação. (Uruguai, 2002, p. 437).

Segundo Uruguai, se deveria preparar o terreno para uma maior descentralização, já que ela diminuiria as atribuições do poder central. Ao mesmo tempo, se abriria caminho para os indivíduos se autogovernarem:

É incontestável que a excessiva centralização, quando se juntam a governamental e a administrativa, não é das coisas mais favoráveis à liberdade dos cidadãos, que a peia e embaraça. [...] Há muitos assuntos nos quais a ação do interesse particular ou local é mais ativa, mais pronta, mais eficaz, mais econômica que a do governo.

A absorção da gerência de todos os interesses [...] pelo governo central, mata a vida nas localidades, nada lhes deixa a fazer, perpetua nelas a indiferença e a ignorância de seus negócios, fecha as portas da única escola em que a população pode aprender e habilitar-se praticamente para gerir negócios públicos. (Uruguai, 2002, pp. 441-2).

Ou seja, se deveria mesclar a centralização política com um nível considerável de descentralização administrativa. A administração seria fundamental para levar ao cabo este tipo de descentralização, que não seria prejudicial ao corpo político. Até porque, para Uruguai, primeiro deveriam funcionar os direitos civis e depois viriam os outros direitos.

Conclusão: Os principais temas dos Conservadores brasileiros

Depois de expor temas fundamentais do pensamento político de Bernardo Vasconcelos, o Marquês de São Vicente e o Visconde do Uruguai, é possível aproximá-los do liberal-conservadorismo.

Em termos normativos, é possível identificar nos autores uma comum aversão às mudanças bruscas, representadas por revoluções, rebeliões e revoltas. Compartilham também de uma posição antidemocrática⁷⁹, já que não identificam na escolha popular o melhor instrumento para se alcançar o bem-comum.

A aversão às mudanças bruscas teria conduzido Bernardo Vasconcelos, o Marquês de São Vicente e o Visconde do Uruguai a buscarem entender as *condições reais* do Brasil. Mais especificamente, o Ato Adicional abriria o caminho para mudanças bruscas até porque suas instituições desconheciam as condições reais do país.

⁷⁹ É certo também que a ‘democracia’ não gozava da popularidade que desfruta atualmente entre nós.

Não que estes autores recusassem qualquer inovação. Até porque como liberais-conservadores, e não reacionários, aceitavam a necessidade de se realizar mudanças que não fossem traumáticas.

Combinando as duas preocupações, argumentavam que seria necessário levar em conta as condições reais da sociedade para se realizar transformações. Com base nessas referências, se entende a observação de Vasconcelos que antes de mudar seria necessário esperar algum tempo para perceber quais alterações seriam necessárias levar a cabo⁸⁰. Compreende-se também as críticas de São Vicente ao Ato Adicional, no sentido que seria uma lei precipitada. Finalmente, se percebe porque Uruguai defende que a constituição inglesa seria inaplicável no Brasil, já que a educação e os costumes dos dois países seriam muito diferentes⁸¹.

A segunda motivação normativa desses autores, a aversão à participação política popular, era bastante generalizada na sua época. Bernardo Vasconcelos, o Marquês de São Vicente e o Visconde do Uruguai consideravam como desagregadora e problemática as lutas de partidos e as paixões que guiavam os homens na política. Vasconcelos, sendo um homem do parlamento, talvez fosse o que melhor lidasse com alguns desses problemas. Já a avaliação positiva de Uruguai e São Vicente de instituições como o Senado, o Conselho de Estado e o Poder Moderador, era motivada, em boa medida, pela avaliação que nelas haveria menos espaço para as *paixões*, que seria substituída pela *razão*, refletida e conservadora.

Não poucas vezes nossos autores utilizam o termo “conservador”. Mais especificamente, em Uruguai e São Vicente a referência a “conservador” é sempre positiva.

⁸⁰ Ver Vasconcelos, 1999, pp. 71-3.

⁸¹ Ver as Considerações Finais do trabalho.

“Conservador” é associado à razão ponderada, vinculada a um comportamento superior às pequenas e grandes lutas e desavenças. Nesse plano, não haveria, ao menos hipoteticamente, arbitrariedade e também participação popular. Estes dois componentes estariam relacionados, a nosso ver, com o que caracterizaria ser conservador para nossos autores.

Para o conservadorismo brasileiro, o Poder Moderador seria uma instituição fundamental. O principal argumento é que a Coroa não seria uma instituição meramente ornamental, o que faria com que devesse ser dotada de poderes especiais.

Esses poderes se identificariam com os chamados *poderes neutros*, isto é, aqueles poderes que não motivariam, mas obstruiriam ações. Por exemplo, o monarca era dotado de meios de dissolver o parlamento, vetar leis, convocar o Conselho de Ministros, moderar penas, demitir magistrados, nomear Senadores. Nesse sentido, o poder Moderador deveria agir sobre os outros poderes, garantindo a *harmonia* e evitando a ditadura ou despotismo.

Para os conservadores brasileiros, outro problema fundamental é o da centralização e da descentralização. Uruguai, em particular, argumenta que a centralização política seria necessária, ao mesmo tempo em que se deveria estimular a descentralização administrativa. Dessa maneira, se estimularia o *self-government* e se desafogaria o poder público.

Por fim, para Bernardo Vasconcelos, o Marquês de São Vicente e o Visconde do Uruguai era necessário garantir uma posição especial para o monarca. Consideravam que ele poderia frear abusos de poder, tanto do Legislativo como do Executivo. Ainda mais importante, identificavam a própria nação brasileira com o Imperador.

Capítulo III – Os principais temas dos pensadores franceses e seu uso no Brasil

Nesta etapa do texto vamos apresentar as teses dos principais pensadores franceses que influenciaram nossos autores. O objetivo central é mostrar que as principais estruturas do pensamento liberal-conservador, com os quais os autores por nós trabalhados no capítulo anterior se identificam, também estão presentes entre os pensadores franceses. Segundo nossas hipóteses corresponderiam, portanto, às suas influências.

Vale ressaltar de antemão que não vamos nos deter propriamente no pensamento destes escritores franceses, mas na inter-relação, que acreditamos existir, entre eles e autores brasileiros. Conseqüentemente, a própria natureza do capítulo é diferente do anterior; ele não busca ser exaustivo em relação às teses dos pensadores franceses, mas destaca as principais idéias que teriam sido compartilhadas pelos autores brasileiros, especialmente no sentido de gerar instituições como filtros normativos para a política.

A influência de Benjamin Constant⁸²

Benjamin Constant é considerado o pai da democracia liberal. Consistente defensor de liberdades individuais como, por exemplo, a liberdade de imprensa, religião, expressão,

⁸² Vamos seguir dois textos base. Como comentários, o texto introdutório aos *Escritos de Política*, de Célia Galvão Quirino (2005). O texto que trabalhamos deste autor seria o '*Princípios de Política*' de 1815, o primeiro texto da coleção citada acima.

e de uma instituição como o júri popular, foi um dos autores políticos mais influentes no início do século XIX⁸³.

Nascido em 1767, em Lausanne, na Suíça, era descendente de famílias francesas huguenotes refugiada em consequência das perseguições religiosas sofridas no país natal. Estudou na Universidade de Edimburgo, na Escócia, dos 16 aos 18 anos, quando tomou contato com a cultura e política anglo-saxã, que marcariam seu pensamento posterior. Durante as idas e vindas do período pós-Restauração, iria vagar por diversos países, inclusive a França, onde foi tribuno, antes de Napoleão se tornar Imperador. Com a volta dos Bourbons ao poder, se torna, em 1819, membro da Câmara Baixa, sendo um dos principais opositores às violações aos direitos individuais empreendidas então. Morre em 1830, pouco depois da revolução que faz de Luís Felipe rei dos franceses.

Quanto ao seu pensamento político, Constant era um defensor fiel dos direitos civis como limites da ação do poder. Montesquieu e Rousseau são suas mais importantes referências. Apesar de amante da liberdade, não vê a República Romana como modelo, sentindo-se mais atraído pela monarquia comercial britânica. Nessa orientação, é bastante conhecida sua diferenciação entre a chamada *liberdade dos antigos* e a *liberdade dos modernos*⁸⁴.

A seu ver, grande parte dos problemas políticos da Revolução resultaria da incompreensão por parte de Rousseau e seus seguidores da natureza de sua época. Além do mais, as instituições políticas se baseariam em pressupostos excessivamente abstratos.

⁸³ É um tanto curioso que, com a exceção de Tocqueville, os autores franceses por nós tratados foram, em grande parte, ‘perdidos’ na tradição liberal. O caso de Constant é especialmente surpreendente, já que sua teoria que as liberdades individuais seriam a finalidade dos governos é bastante atual.

⁸⁴ Constant, 1819.

Para Constant, o dogma da soberania do povo seria essencial (Constant, 2005, pp. 7-8). Deveria, porém, ser entendido como requisito de legitimidade do poder, em contraposição, por exemplo, ao direito divino. Não decorreria daí que o poder poderia invadir qualquer esfera da vida social ou individual. Para Constant, o erro dos jacobinos fora, portanto, que dotaram a assembléia de um poder imenso sem limitar sua aplicação:

A soberania do povo não é ilimitada; é circunscrita em limites que lhe traçam a justiça e os direitos dos indivíduos. A vontade de todo o povo não pode tornar justo o que é injusto. Os representantes de uma nação não têm o direito de fazer o que a própria nação não tem o direito de fazer. Nenhum monarca, qualquer que seja o título que ele reclame, se se apóia tanto no direito divino como no de conquista ou no assentimento do povo, possui uma potência sem limites. (Constant, 2005, pp. 15-6).

Ou seja, existiriam direitos anteriores à sociedade, que deveriam ser observados. Superior à soberania, haveria uma idéia transcendental de justiça, que imporia limites aos poderes. Disso decorre que existiriam alguns direitos que seriam invioláveis em uma constituição justa: por exemplo, liberdades de imprensa, ausência de arbitrariedade contra os indivíduos, liberdades civis, de culto religioso (Constant, 2005, pp. 131 e seguintes).

Duas seriam as formas de se garantir a não intromissão de poderes arbitrários contra os indivíduos: a separação efetiva dos poderes e a responsabilização dos políticos que se envolvessem em crimes contra os direitos fundamentais.

Junto com a separação de poderes, aparece a proposta clássica do *poder real*, que no Brasil e em Portugal se chamou de Poder Moderador. Para Constant, cinco seriam os tipos de poderes em que a soberania se dividiria: o poder real, o poder executivo, o poder

representativo de duração, o poder representativo da opinião pública e o poder judiciário (Constant, 2005, p. 19).

O poder representativo da duração reside numa assembléia hereditária; o poder representativo da opinião pública, numa assembléia eletiva; o poder executivo é confiado aos ministros; o poder judiciário aos tribunais. Os dois primeiros poderes fazem as leis, o terceiro encarrega-se da execução geral destas, o quarto aplica-os aos casos particulares. O poder real fica no meio, mas acima dos outros quatro, autoridade ao mesmo tempo superior e intermediária, sem interesse em comprometer o equilíbrio, tendo ao contrário todo o interesse em mante-lo. (Constant, 2005, pp. 19-20).

Ou seja, o poder neutro, que é o que nos interessa mais diretamente, estaria situado acima dos demais poderes e seria, portanto, responsável pelo equilíbrio entre eles. Este poder na monarquia constitucional teria o respaldo no monarca, já que para Constant:

[...] O rei, num país livre, é um ser à parte, superior às diversidades de opinião, sem outro interesse que a manutenção da ordem e a manutenção da liberdade, sem nunca poder entrar na condição comum, inacessível por conseguinte a todas as paixões que essa condição faz nascer e a todas as que a perspectiva de tirar algum proveito alimenta necessariamente no coração dos agentes investidos de um poder momentâneo. (Constant, 2005, pp. 21-2).

Ou seja, podemos perceber o argumento, repetido no Brasil, de defesa do Poder Moderador em razão dele estar depositado nas mãos de um agente que estaria fora e acima do jogo político. Em outras palavras, o Poder Moderador se identificaria com alguém que, por sua posição, teria uma avaliação desapassionada, neutra, da política.

Este poder deveria estar nas mãos do monarca porque ele, devido à sua posição, seria tanto o mais interessado na grandeza do Estado como não se envolveria nas disputas partidárias.

[...] Ele paira, por assim dizer, acima das agitações humanas, e é a obra-prima da organização política ter assim criado, no próprio seio das dissensões sem as quais nenhuma liberdade existe, uma esfera inviolável de segurança, de majestade, de imparcialidade, que permite que essas dissensões se desenvolvam sem risco, enquanto não excederem certos limites e que, mal o perigo se anuncia, lhe ponha fim por meios legais, constitucionais e livres de toda e qualquer arbitrariedade. Mas essa imensa vantagem é perdida, seja rebaixando o poder do monarca ao nível do poder executivo, seja elevando o poder executivo ao nível do monarca. (Constant, 2005, p. 22).

A questão central, no que se refere ao Império brasileiro, encontra-se na última frase do parágrafo. Se o monarca é o chefe do executivo, não é possível definir de maneira concreta sua inviolabilidade, assim como dissolver o executivo, do qual faz parte. O problema é que tal arranjo choca-se com as regras do jogo. Para Constant, o *poder real* não poderia ser posto em outras mãos a não ser as do monarca, justamente por sua posição na sociedade. Entretanto, argumenta igualmente que a divisão dos poderes deveria ser empreendida de forma que cada poder cuidasse exatamente de suas atribuições e não invadissem os demais:

Sem dúvida, como os homens nem sempre obedecem a seu interesse, é preciso tomar a precaução de que o chefe de Estado não possa agir no lugar dos outros poderes. É nisso que consiste a diferença entre a monarquia absoluta e a monarquia constitucional. (Constant, 2005, p. 20).

No Brasil, como sabemos, o monarca era chefe do Poder Executivo, além de detentor do Poder Moderador. Para Uruguai e São Vicente, não teríamos nenhuma contradição aí. Para o segundo, o monarca não exerceria o poder executivo por meio dos ministros, estes sim responsabilizáveis. Conseqüentemente, se poderia considerar que o monarca não invadiria a esfera executiva. O papel do monarca seria de nomear aqueles que iriam exercer o poder executivo (os ministros). Sem tal nomeação, o monarca não poderia tomar a iniciativa e governar por si só. Já para Uruguai, seria adequado ao nosso país a existência de uma Coroa com maiores atribuições, que conseguisse assim lidar com os problemas próprios de nossas condições sociais e políticas. Nossa constituição, fora prudente e justa ao alargar, portanto, as atribuições do monarca.

No entanto, na perspectiva de Constant, a confusão realizada no artigo 102 de nossa constituição poderia ser fonte de grandes apuros políticos. Não por acaso, este foi justamente um dos flancos em que Zacarias de Góis e Vasconcelos mirou em seu panfleto, *Da natureza e limites do Poder Moderador*.

Quanto às garantias individuais defendidas por Constant, não se pode argumentar que apenas conservadores as defendessem. Na verdade, as posições não são sempre coincidentes. Uruguai e Vasconcelos são mais conjunturais e colocariam os direitos individuais primeiramente como direitos civis e depois como políticos (que estariam, em tese, em posição hierárquica). São Vicente é, entre os três, o mais consistente na defesa dos direitos e liberdades individuais. Afora deles, entretanto, é fácil encontrar uma lista enorme de defensores de liberdades individuais, que vai decerto muito além de liberais e conservadores.

Torres (1968) argumenta que o Partido Conservador se caracterizaria por buscar a grandeza e a liberdade *do Estado*, como comunidade política, enquanto os liberais,

defenderiam a garantia da liberdade e de direitos individuais (Torres, 1968, 10-3). Acreditamos, todavia, que os liberais e conservadores não se diferenciavam na defesa de direitos civis. Por outro lado, divergências relevantes apareciam quando se discutiam os direitos políticos e a organização do Estado.

A influência de François Guizot

Entre os autores que discutimos, Guizot é um dos mais intrigantes e enigmáticos. O próprio caráter de seu liberalismo é bastante original. Diferente de Constant e da tradição dominante no liberalismo, não pensa tanto no controle do poder político. Numa linha que praticamente se perdeu com o passar dos anos, argumenta que o poder do Estado não seria necessariamente ruim, com liberais também devendo se preocupar com a efetividade das instituições para que possam cumprir suas atribuições⁸⁵.

Decidimos tratar apenas de algumas das concepções de Guizot que se revelaram especialmente importantes para os conservadores brasileiros. Em primeiro lugar, sua avaliação de que as condições sociais seriam fundamentais para o desenho e a sustentação dos poderes políticos; em segundo lugar, sua visão sobre as atribuições e organização do poder; e, por fim, a inter-relação entre poder e sociedade. Estas idéias foram centrais para Vasconcelos, Uruguai e São Vicente. Encontram argumentos em Guizot para defender o

⁸⁵ Como referência para o seu pensamento utilizaremos *De la Democratie en France*. Com menor peso, utilizaremos também *Des moyens du gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*, um dos textos mais importantes do período da Restauração. Os comentadores que faremos uso são Aurelian Craiutu, Woodward e Pierre Rosanvallon. Guizot apresenta a facilidade de ser bastante coerente e consistente ao longo do tempo em seu pensamento. O que mudaria seriam suas circunstâncias, estando por vezes no governo ou na oposição. Isso tem fim após 1848, quando se afasta definitivamente da vida pública.

fortalecimento do Monarca, para justificar a aversão que nutrem pelas paixões políticas ou mesmo a hostilidade que cultivam diante das mudanças bruscas.

Guizot nasceu em Nîmes, França, em 1787, filho de um comerciante protestante que foi executado no período do Terror. Foi educado em Genebra. Quando contava com 17 anos, foi enviado para Paris para estudar direito. Torna-se, em 1812, professor de história da Sorbonne. Dois anos mais tarde, com a queda de Napoleão e o início da Restauração, começa sua carreira política como secretário do Ministro do Interior. Em poucos anos galga uma série de postos importantes na política francesa, especialmente no Ministério da Justiça e no Conselho de Estado. Politicamente, foi um dos principais integrantes do grupo de *liberais doutrinários*⁸⁶.

Os doutrinários permaneceriam no governo até 1820, quando o herdeiro do trono, o Duque de Berry, foi assassinado. Inicia-se então um período ultraconservador, que perdura até 1830, quando ocorre a revolução de Julho. Durante este período, Guizot passa à oposição. Nestes anos publica uma série de obras sobre as histórias da França, Inglaterra e da civilização européia, firmando seu nome como historiador.

Com a monarquia de Julho, assume uma série de importantes cargos políticos. Depois da Revolução de 1848 se candidata novamente a deputado, mas não é eleito. Publica então sua crítica mais ácida ao regime democrático, *De la démocratie en France* (1849). Morre em 1870.

⁸⁶ “The word *doctrinaires* initially referred to a small group of French liberals who tried to break a middle ground in French politics during the Bourbon Restoration (1814-1830) and the July Monarchy (1830-1848). The name was a misnomer because it given to them in 1816 by a right-wing opponent, not for the alleged rigidity of their ideas, but because the *doctrinaires* frequently referred to “principles” and “doctrines” in their speeches” (Craiuțu, 2001, p. 3).

Ideologicamente, desde o início de sua carreira política, Guizot defende a monarquia constitucional. Seu ideal é o governo das classes médias, com sufrágio limitado, sem grandes arroubos populares e com estabilidade.

Para o historiador, diferente da maior parte dos liberais, os poderes políticos deveriam sempre ser dotados de força suficiente para que pudessem desempenhar suas funções. *De la démocratie en France* e em *Des moyens du gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France* defendem que as instituições deveriam corresponder às condições sociais. Esta também é uma das principais teses do conservadorismo brasileiro.

It is by the study of political institutions that most writers have sought to understand the state of a society, the degree or type of its civilization. It would have been wiser to study first the society itself in order to understand its political institutions (Guizot *apud* Craiutu, 2001, p. 8).

A observação das condições sociais indicaria então quais instituições seriam necessárias para atingir os principais fins sociais: pôr fim à Revolução, garantir os direitos individuais e a igualdade perante a lei, e, finalmente, atingir um governo estável.

Guizot não vê contradição na defesa tanto dos direitos individuais como do fortalecimento dos poderes políticos. Diferente de Constant, acredita que apenas a busca do primeiro traria resultados desastrosos porque não permitiria aos poderes serem efetivos e cumprirem suas funções institucionais. Em suas palavras:

[...] Il faut que les grands éléments de notre société, l'ancienne aristocratie, les classes moyennes, le peuple, renoncent à l'espoir de s'exclure en de s'annuler mutuellement. Qu'ils luttent entre eux d'influence ; que chacun maintienne sa position et ses droits ; qu'ils tentent même de les étendre ; c'est la vie politique. Mais qu'ils cessent

toute hostilité radicale ; qu'ils se résignent à vivre ensemble et côte à côte, dans le gouvernement comme dans la société civile (Guizot, 1849, p. 108).

Ou seja, como a sociedade seria composta por várias classes sociais, cada qual reclamando seu quinhão de participação no Estado, os poderes deveriam ser organizados de forma que cada qual concorresse para o cumprimento de suas missões sem prejudicar os outros. Não se deveria realizar uma simples divisão de poderes, no sentido de enfraquecer cada um deles e diminuir a possibilidade de despotismo. Até porque o enfraquecimento do poder acarretaria na sua impossibilidade de cumprir seus objetivos. Esta não deixa de ser uma visão um tanto original sobre a relação entre os poderes.

[...] pour que la diversité des pouvoirs soit réelle et efficace, il ne suffit pas qu'ils aient chacun, dans le gouvernement, une place et un nom distincts ; il faut encore qu'ils soient tous fortement constitués, tous capables de remplir effectivement la place qu'ils occupent et de la bien garder.

On a coutume aujourd'hui de chercher l'harmonie des pouvoirs et la garantie contre leurs excès dans leur faiblesse [...] C'est une erreur énorme. Tout pouvoir faible est un pouvoir condamné à la mort ou à l'usurpation. Si des pouvoirs faibles sont en présence, ou bien l'un deviendra fort aux dépens des autres, et ce sera la tyrannie ; ou bien ils s'entraveront, ils s'annuleront les uns les autres, et ce sera l'anarchie (Guizot, 1849, pp. 116-7).

Os poderes deveriam ser fortes e harmônicos, não concorrendo uns com os outros. Cada poder deveria ser estabelecido socialmente numa via de mão dupla: a sociedade comporia os poderes e estes seriam dotados de força suficiente para agir de modo a garantir

a paz na sociedade, estabelecendo leis fundamentais, como igualdade perante a lei, governo fundado na razão e liberdades civis.

Os poderes, como podemos perceber, deixariam de ser rivais e passariam a buscar, cada qual em sua esfera de atuação, fomentar a paz e a razão pública. Em outras palavras, cada poder não simplesmente conteria outro poder. Para evitar o perigo do despotismo ou de um poder sobrepujar o outro, Guizot não imagina a ‘clássica’ solução liberal, de limitação dos poderes, mas a vinculação deles à sociedade. Esses poderes se retroalimentariam e evitariam o risco de rivalizarem entre si, isso porque haveria a consciência de que os outros poderes seriam fortes o suficiente para frustrá-los em suas pretensões ou se bateriam contra o corpo social.

O fim dos governos absolutos não resultaria de sua fraqueza, mas de sua falta de conexão com a sociedade, o que refletiria a ausência de corpos e classes no funcionamento dos poderes. Por outro lado, a ‘república social’ ou ‘democrática’, assim como o governo absoluto, sucumbiria, já que nela não estariam representadas todas as classes sociais. Isto é, as duas formas de governo fortaleceriam um ramo da sociedade em detrimento dos outros. O resultado seria que elas seriam fortes para algumas situações pontuais, mas instáveis e pouco duradouros.

Guizot tem uma visão do poder bem menos abstrata do que, por exemplo, o contratualismo. Busca principalmente dotar o poder de meios de ação e não quer restringi-lo. O país, para este estadista, bem como para os doutrinários, deveria ser governado e o ‘fantasma’ da Revolução Francesa, que retornava com alguma frequência, deveria ser completamente apagado por meio de um governo eficaz e forte.

Podemos nos perguntar qual foi a influência deste tipo de pensamento nos autores brasileiros? A nosso ver, Guizot inspirou duas atitudes fundamentais. A primeira é a busca

das condições reais como base para a organização estatal (assim como Tocqueville). A segunda é a idéia de que os poderes não deveriam ser unicamente limitados, como objetivo da organização política e constitucional, mas também fortalecidos. Especialmente o poder do monarca, com todas suas atribuições.

Como Guizot, Vasconcelos e Uruguai também entendiam que as condições reais e a experiência seriam os melhores guias para a política. As instituições políticas deveriam ser forjadas tendo em vista as condições reais da sociedade e estariam a todo o momento sob o crivo da realidade social. São Vicente, talvez devido à sua formação jurídica, é menos insistente nesta postura, aproximando-se dos liberais. Além da influência de doutrinas, esses estadistas parecem ter assumido tal atitude devido ao contato mais direto que tiveram com as instituições governamentais. Conseqüentemente, eles visavam tornar o país governável, o que fazia com que observar as condições reais fosse fundamental.

Quanto ao fortalecimento do poder, temos aí uma das principais teses dos autores brasileiros. Para defender um regime monárquico constitucional, seria fundamental fortalecer a Coroa, dotar ela de meios de ação e de poder suficiente para evitar que ela fosse usurpada. Quando Vasconcelos⁸⁷ propõe que era chegada a hora de ‘reconstituir a autoridade’, propondo o fortalecimento do Poder Central e a revisão do Ato Adicional e do Código do Processo; quando São Vicente defende a posição do monarca como mais

⁸⁷ Como ficou claro no desenvolvimento do texto, a associação destes autores com suas influências francesas, é tanto mais fácil quanto cada um deles tenha uma obra ‘formal’ completa. Queremos dizer que quanto mais ‘autor’ do que ‘ator’, mais fácil a associação. O caso de Vasconcelos, portanto, coloca uma barreira grande ao nosso trabalho. Nossas associações são então, baseadas em nossa interpretação do texto. Vasconcelos, ainda, atuaria em uma fase de criação do movimento regressista. Sua intenção era bem menos justificar sua obra do que fundamentar o que seria a base para o movimento que ele funda. Uruguai e São Vicente, mais ‘autores’ e, além disso, escrevendo em uma época em que o movimento já estava plenamente concretizado, saem do plano justificativo e avaliam criticamente (mais em Uruguai), a obra empreendida no Regresso. Essa diferença central faz com que as conclusões sobre Vasconcelos sejam passíveis de questionamento. Entretanto, tentamos tirar o máximo do suposto ‘ambiente hostil’ de sua produção.

qualificado para exercer o chamado ‘poder neutro’, pela posição social que ocupava; quando Uruguai defende que o monarca brasileiro ‘reina, governa e administra’, sendo ele mesmo uma fonte de poder e autoridade, coincidem com Guizot. Como o historiador francês, eles acreditam que se deve dotar o poder de meios de ação para governar o país, meios estes que deveriam ser compatíveis com a missão institucional de cada poder.

A influência de Aléxis de Tocqueville

Aléxis de Tocqueville foi, sem dúvida, entre os autores com os quais trabalhados, o que mais teve projeção. Diferente de Constant e de Guizot, sua obra continua sendo muito lida, figurando como leitura obrigatória na maior parte dos cursos de Ciência Política pelo mundo.

Nascido em Paris, em 1805, de família aristocrática, exilada na Inglaterra durante o período do Terror. Estudou direito em Paris, tendo sido aluno de Guizot. Em 1835, escreve o primeiro volume de *A Democracia na América*, fruto do período que passara nos Estados Unidos, sob o pretexto de estudar o sistema prisional daquele país. É eleito, durante a Monarquia de Julho, deputado geral. Permanece neste posto até a revolução de 1848, que dá início à Segunda República francesa, quando é eleito para Assembléia Constituinte. Adere ao Partido da Ordem, mas por posições, como a defesa do sufrágio universal, sofre desconfiança. Permanece na política até 1851, quando o Golpe de Luiz Bonaparte o afasta dos negócios públicos. Nessa condição, publica, em 1856, *O Antigo Regime e a Revolução*. Falece em 1859, deixando incompleto o segundo volume deste livro.

Quanto à obra de Tocqueville, acreditamos que dois pontos influenciaram especialmente os pensadores brasileiros: a atenção dada aos costumes na montagem do aparato político e institucional e a discussão sobre a centralização e a descentralização.

Tocqueville via nos Estados Unidos uma igualdade de condições que, se iniciando pelos costumes, seria um dos principais elementos que fariam com que as instituições democráticas funcionassem. Mais especificamente, os costumes que teriam sido herdados da ex-metrópole acabariam por ditar as principais regras de comportamento que influenciariam as instituições livres:

Estou convencido de que a situação mais feliz e as melhores leis não podem manter uma constituição a despeito dos costumes, ao passo que estes tiram partido ainda das posições mais desfavoráveis e das piores leis. A importância dos costumes é uma verdade comum, à qual o estudo e a experiência conduzem sem cessar. Parece-me que a encontro situada no meu espírito como um ponto central; percebo-o no fundo de todas as minhas idéias. (Tocqueville, 1977, p. 237).

Tocqueville defende, assim como Guizot e, antes deles, Montesquieu, que se deveria para compreender os processos políticos conhecer os costumes da sociedade. Em termos mais amplos, diferente do contratualismo, que partiria de definições abstratas para apontar como a sociedade deveria ser organizada, Tocqueville e outros autores defendem, ao longo do século XIX, que a política deve levar em conta a história, os costumes, em suma, as condições reais. Ferreira (1999, p. 180) apresenta, a nosso ver corretamente, a principal distinção entre Uruguai e o liberal Tavares Bastos justamente no maior peso dado pelo primeiro ao papel dos costumes. É fácil encontrar, alias não só no Visconde do

Uruguai, mas em Pimenta Bueno e Vasconcelos, grande peso aos costumes⁸⁸, não só na explicação do funcionamento das instituições, mas também como regra prática a se observar nas mudanças políticas.

Conservadores identificam os costumes com as chamadas *condições reais*. Decerto que existe um espaço onde não é possível se falar em condições reais e associá-lo a costumes (como, por exemplo, a divisão de uma província, onde pode ser mais conveniente se guiar pelo fato de um rio qualquer passar na sua divisa), entretanto, sempre que estes autores se referem a costumes, pensam numa *condição* real. Os costumes seriam um componente importante das condições reais e não podiam ser negligenciados ⁸⁹.

Em relação à questão da centralização e da descentralização⁹⁰, em Tocqueville, a centralização política é identificada como importante condição para a existência de uma boa divisão de atribuições entre poder central e as províncias. No entanto, o autor distingue entre dois tipos de centralização: centralização governamental e centralização administrativa. Tocqueville defende o primeiro tipo de centralização:

Pela minha parte, não me seria possível imaginar que uma nação pudesse viver, nem sobretudo prosperar, sem uma forte centralização governamental. Creio, porém, que a centralização administrativa só serve mesmo para enfraquecer as nações que a ela se submetem, pois tende incessantemente a diminuir entre elas o espírito de cidade. (Tocqueville, 1977, p. 74).

⁸⁸ É certo também que menos em Pimenta Bueno que nos outros.

⁸⁹ Funcionariam, portanto, como barreira ao experimentalismo.

⁹⁰ Ver também sobre a temática o anexo do texto de Ferreira (1999). Neste texto a autora compara os usos de *A democracia na América* feitos por Visconde do Uruguai e Tavares Bastos.

Assim, a centralização governamental, que Uruguai chama de política, é vista como fundamental para o Brasil. Entretanto, para Tocqueville, o problema seria aliá-la à centralização administrativa:

Compreende-se que a centralização governamental adquire uma força imensa quando se junta à centralização administrativa. Dessa maneira, habitua os homens a fazer abstração completa e contínua de sua vontade: obedecer não uma vez e num ponto, mas em tudo e todos os dias. (Tocqueville, 1977, p. 73).

Ou seja, centralização governamental seria mesmo condição para a civilidade, colocando todo o trabalho sob um mesmo comando intelectual e deixando que aquilo que é comum aos homens fosse gerido pelo poder central. Não se deveria confundir suas atribuições com as das províncias, o que poderia resultar numa má organização do poder:

Um poder central, ainda que esclarecido, ainda que o imaginemos hábil, não pode abarcar em si mesmo todos os detalhes da vida de um grande povo. Não o pode porque semelhante tarefa excede as forças humanas. (Tocqueville, 1977, p. 76).

Entre os conservadores brasileiros, principalmente em Uruguai e São Vicente, podemos encontrar várias referências que se aproximam de tal divisão de poderes. Entretanto, vale ressaltar que os conservadores brasileiros, ainda que aceitassem a hipótese de que a descentralização administrativa geraria bons frutos, argumentavam que a descentralização factível no país seria significativamente menor que a existente nos Estados Unidos. Na verdade, o Ato Adicional é freqüentemente caracterizado como fruto de precipitação, arroubo ou com adjetivos semelhantes.

Concordamos com Ferreira (1999, p. 194) que, para Uruguai, os direitos civis seriam os mais importantes, os direitos políticos devendo ser limitados à medida que invadissem a esfera deles. De maneira complementar, os conservadores teriam grande preocupação com o funcionamento do aparelho estatal, principalmente no que diz respeito às atribuições do poder central. Consideravam que se o poder central corresse o risco de ter sua ação limitada se deveria evitar a descentralização.

O direito administrativo, admirado por São Vicente e elaborado por Uruguai, deveria justamente servir de guia e juiz para os interesses sociais e interesses locais, evitando que se chocassem com o poder central.

Conclusão: os usos dos modelos estrangeiros pelo pensamento político brasileiro

Não é difícil perceber que tanto os valores como as instituições que os conservadores brasileiros criaram se inspiraram, em grande parte, no exemplo que encontravam em autores estrangeiros, especialmente franceses. Não por acaso, muitas das instituições ou mesmo princípios políticos brasileiros podem ser encontrados em escritores como Constant, Guizot e Tocqueville. Decerto que outras correlações deste tipo poderiam ser estabelecidas com outros autores, mas as que destacamos nos parecem especialmente significativas.

Em termos mais fortes, se poderia argumentar que não provamos, de maneira inquestionável, que houve uma apropriação do ideário de Constant, Guizot ou Tocqueville por Vasconcelos, São Vicente e Uruguai.

Nossa empreitada – voltamos a enfatizar – é menos ambiciosa. O que fizemos foi tentar perceber, entre alguns dos pensadores políticos franceses mais estudados durante o período⁹¹, suas possíveis influências sobre o conservadorismo brasileiro.

Não negamos que estes autores também se auto-influenciaram (o que alias não seria difícil de demonstrar). Mais importante é mostrar que algumas idéias dos autores franceses por nós tratados (ou mesmo trazidas da Inglaterra por eles) foram fundamentais, tanto para a formação do ideário liberal-conservador dos Saquaremas como do desenho e justificativa de algumas instituições adotadas durante o Império.

Defendemos que há dois indícios principais da influência de Constant, Guizot e Tocqueville sobre Vasconcelos, São Vicente e Uruguai. Em primeiro lugar, a semelhança, nos dois casos, da defesa de certas idéias e instituições. Em segundo lugar, o fato de serem comuns as citações, por parte dos escritores brasileiros, dos autores franceses.

Influenciar, vale a pena que destaquemos, não significa *copiar*. Isso quer dizer que, apesar da semelhança entre os pensadores dos dois países, em nenhum momento sugerimos que os brasileiros não pudessem ter idéias próprias e assim criar instituições que os auxiliassem a resolver os problemas que enfrentavam na época, nem que uma vez que utilizassem idéias ou soluções estrangeira estas não pudessem ser adaptada para as nossas condições.

Acreditamos até que a principal realização dos conservadores brasileiros foi, mesmo que influenciado por teses estrangeiras sobre a importância dos costumes ou do que se chamava de condições reais sobre o formato das instituições, a de terem chamado a atenção que existia um *Brasil* a se observar e estudar.

⁹¹ É certo que com Vasconcelos o tratamento fora mais inferencial e, portanto, menos sistemático.

Em suma, há fortes indícios que Constant, Guizot e Tocqueville tiveram forte influência sobre Vasconcelos, São Vicente, Uruguai, entre outros, autores-atores. Negar isso seria imaginar que suas propostas e soluções teriam simplesmente coincidido, o que parece pouco provável.

Considerações Finais

Na ultima seção do capítulo anterior, fizemos uma espécie de conclusão do que estávamos procurando desde o início do trabalho. Nesta seção, vamos apresentar especialmente o que acreditamos ser um *procedimento de apropriação de modelos estrangeiros*, enunciado por Uruguai no ultimo capítulo do *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. O autor inicia o capítulo dizendo:

Para copiar as instituições de um país e aplicá-las em outro, no todo ou em parte, é preciso, primeiro que tudo, conhecer o seu todo e o seu jogo perfeita e completamente.

Essas instituições, principalmente as inglesas, americanas e francesas, formam um todo sistemático e harmonioso. Cada uma das suas molas supõe o concurso e o jogo de outras, certo espírito, hábitos, caráter nacional e certas circunstâncias, cuja falta não é possível suprir. Cada umas das suas partes sustenta e é sustentada pelas outras e com elas se liga. É necessário estudo, muito critério, para separar uma parte dessas instituições e aplicá-la a outro país diverso, cuja organização educação, hábitos, caráter e mais circunstâncias são também diversos (Uruguai, 2002, p. 468).

Ou seja, a apropriação de modelos estrangeiros não seria puramente um problema de usar a referência a certas instituições estrangeiras na elaboração das nossas, ou mesmo de repetir o formato delas no Brasil. O problema seria mais complexo. Envolveria, primeiramente, saber como seriam as condições de cada país e, então, de conhecermos também os mecanismos de funcionamento da instituição que queremos adaptar às nossas condições.

Na Inglaterra, por exemplo, os costumes tornariam a existência de centralização administrativa dispensável. O poder local seria deixado aos cuidados das províncias e estas não teriam problemas em administrar as preocupações que lhes diriam respeito. Conseqüentemente, seria muito difícil aparecer divergências com a Coroa, que realizaria suas atribuições. A lei se limitaria simplesmente a enunciar o que seria proibido e a impôr a pena correspondente. Não se perderia em detalhes, especialmente com o seu possível uso por determinadas facções.

Além do mais, o juiz inglês, diferente do francês, não costumaria ser pressionado a cumprir a lei de uma determinada forma, sendo deixado mais espaço para seu livre arbítrio. Por sua vez, o magistrado teria a iniciativa de tomar suas decisões de acordo com o que outros juízes fizeram em seu lugar, em situações passadas, seguindo, portanto, os preceitos do direito consuetudinário.

Na Inglaterra, assim como nos Estados Unidos, também parcela significativa de liberdade seria conferida aos administradores. As leis pouco proibiriam e, na maior parte dos casos, deixariam espaço para o poder judiciário, que apenas complementaria a administração.

Já na França, assim como no Brasil, as leis deveriam ser detalhadas e o agente executor deveria ter pouquíssima margem de ação pessoal frente às instruções administrativas ou mesmo políticas. Logo, quase tudo seria regulado e previsto na legislação:

A legislação inglesa e americana parte em geral do seguinte princípio: deixar toda a liberdade e punir o abuso [...] a francesa, parte em geral do princípio oposto: regular para prevenir que o abuso se dê, removê-lo antes que apareça. (Uruguai, 2002, p. 474).

Nos Estados Unidos o governo central teria, por sua vez, nascido dos estados, que teriam, por sua vez, nascido dos condados⁹². Neste caso, o poder local teria praticamente criado o poder central. Não se conheceria a centralização e hierarquização que se teria, por exemplo, na França. Os indivíduos estariam habituados com o trato da coisa publica sendo movidos sempre pelo senso prático. O poder central não interferiria no poder local e, por sua vez, o poder local não interferiria nas atribuições do poder central. Tal situação é caracterizada por Uruguai como de *self-government*.

Este tipo de arranjo da Inglaterra e dos Estados Unidos daria certo porque as mudanças teriam se dado numa evolução natural, que não se chocaria com suas culturas. Estes países teriam realizado transformações graduais, sem grandes arroubos, que evitaram rupturas traumáticas. Em outras palavras, a principal característica dos países anglo-saxões seria que a ordem política não seria, como na França, abalada por sucessivas revoluções⁹³.

Ao Brasil serviria o exemplo francês, em primeiro lugar, por sua cultura ser mais compatível com a nossa. Os franceses seriam também latinos e, em sua maioria, católicos. Além do mais, diferente do que ocorrera na Inglaterra ou nos Estados Unidos:

A França foi, em tempos modernos, a primeira das nações latinas que, pela sua estrondosa revolução, inaugurou o sistema constitucional. Não o conquistou pouco a pouco como a Inglaterra. Não o firmou com lutas seculares em precedentes, recordações e tradições históricas. Destruiu todo o antigo edifício (o que também fizemos); varreu e limpou o terreno, edificou sobre ele outro inteiramente novo, simples, sistemático, reguladas todas as suas proporções pelas teorias mais liberais e filosóficas do tempo. (Uruguai, 2002, p. 501-2).

⁹² Uruguai deriva esta conclusão de Tocqueville.

⁹³ Entretanto, houve sim revoluções, tanto na Inglaterra como nos EUA. Acreditamos que o que Uruguai quer dizer é que a frequência do recurso a este tipo de procedimento seria bem menos sistemático, se comparado com a França.

Isto é, a França rompeu com seu Antigo Regime, o que faria com que ela alterasse toda sua organização política de uma vez só e em um curto espaço de tempo. Portanto, os costumes não acompanhariam a mudança das instituições. Nesta situação, era necessário reedificar toda a estrutura política, o que foi feito de forma metódica e centralizada, própria de um país que não teria o suporte do *self-government* para se apoiar:

O sistema francês [...], é mais simples, mais metódico, mais claro e compreensivo, e o que mais facilmente pode ser adotado por um país que arrasa, de um só golpe, todas as suas antigas instituições, para adotar as constitucionais ou representativas. (Uruguai, 2002, p. 502).

Ou seja, até em razão dos costumes, haveria mais controle centralizado. Para Uruguai, este seria basicamente o motivo porque o Brasil deveria adotar o sistema francês. Em seu entender, nosso país teria passado por uma transformação profunda com as experiências da Independência e depois das rebeliões e convulsões da Regência. Em resumo, para o Brasil a centralização política e administrativa da França seria, mais adequada.

Uruguai enfatiza, contudo, que ainda assim, poderíamos, conforme as luzes fossem progressivamente aumentando, ir descentralizando o poder. Tal postura, do ponto de vista puramente administrativo, não seria de descartar:

Isto não tira que seja possível e muito conveniente, no desenvolvimento e reforma das nossas instituições administrativas, ir dando àquela parte de *self-government* que elas encerram mais alguma expansão temperada com ajustados corretivos, habituando assim o nosso povo ao uso de uma liberdade prática, séria e tranqüila, preservando sempre o elemento monárquico da Constituição, porque, por fim de contas, é para aqueles povos que nela nasceram e foram criados essa forma de governo, rodeada

de garantias e instituições livres, a que melhor pode assegurar uma liberdade sólida, tranqüila e duradoura. (Uruguai, 2002, p. 498).

Assim, descentralizaríamos o poder progressivamente, e na medida que fosse possível. Com o tempo, seriam criadas instituições menos centralizadas e mais próprias ao *self-government*. Reivindicações locais poderiam ser atendidas, além de se estimular aqueles mais próximos aos interesses locais a tratarem de seus problemas, sem, entretanto, haver choque com o poder central.

Em suma, esta espécie de procedimento de apropriação dos modelos estrangeiros que Uruguai elabora seria composta de dois enunciados centrais. Em primeiro lugar, seria necessário conhecer a instituição que desejássemos usar, tal como ela funcionaria em seu local de origem, na sua relação com as outras instituições e com a população, seus costumes e hábitos. Ainda mais importante, deveríamos ter pleno conhecimento de nossas próprias condições, em especial, de nossos costumes, para poder imaginar como essa instituição funcionaria numa nova situação.

Vale ressaltar que, apesar desse procedimento não ser formalizado, também São Vicente e Vasconcelos se identificavam com ele. Mais do que coincidência, essa convergência reflete uma identificação dos autores com certos preceitos. Em especial, a idéia de que deveríamos conhecer as condições reais do país antes de intentar qualquer mudança institucional.

Referências Bibliográficas

AMBROSINI, D. R. **Do poder moderador**: uma análise da organização na construção do estado imperial brasileiro. 2004. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. O poder moderador na construção do Estado imperial brasileiro. **Leviatã: cadernos de Pesquisa Política**. São Paulo, nº 1, p. 119-154, 2004.

BEIGUELMAN, P. **Formação Política do Brasil**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem**: A Elite Política Imperial. Brasília: Editora UnB, 1980.

_____. Entre a liberdade e a autoridade. In: **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Introdução a Populações Meridionais do Brasil de Oliveira Vianna. In: **Interpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

_____. Introdução. In: **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **Pontos e Bordados**: Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. **Teatro de Sombras**: A Política Imperial. São Paulo: Vértice, 1988.

CASTELO BRANCO, V. P. **Um esteio da liberdade na corte do 2º Império**: a vida e a obra de José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, jurista e parlamentar paulista (1803-1878). São Paulo: Sugestões Literárias, 1973.

CONSTANT, B. **Escritos de Política**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

_____. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. **Filosofia Política**. Nº 2, pp. 9-25, 1985.

COSER, I. **O pensamento político do Visconde do Uruguai e o debate entre centralização e federalismo no Brasil (1822-1866)**. 2006. 402 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CRAIUTU, A. Rethinking the political power: the case of the French Doctrinaires. In: **Workshop in Political Theory**, Indiana University, 2001.

DE SOUZA, B. F. H. **Do poder moderador**: ensaio de Direito Constitucional contendo a análise do título V, capítulo 1, da Constituição Política do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1978.

DOHLNIKOFF, M. **O pacto imperial**: as origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

DUTRA, P. **Literatura Jurídica no Império**. Rio de Janeiro: Padma, 2004.

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, G. N. **Centralização e Descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 1999.

FRANCO, A. A. M. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1980.

GUIZOT, F. **Des moyens du gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France**. Paris: Ladvocat, 1821.

_____. **De la démocratie em France**. Paris: Victor Masson, 1849.

HOBBSBAWN, E. J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOFMANN, E. **Les "Principes de Politique" de Benjamin Constant**. Genebra: Droz, 1980.

JASMIN, M. Lenguajes políticos en el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política. **Prismas, Revista de História Intelectual**. Nº 11, pp. 171-176, 2007.

KUGELMAS, E. Introdução. In: **Marquês de São Vicente**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MADISON, J. et al. **Os artigos federalistas, 1787-1788**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MAGALHAES JÚNIOR, R. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MERQUIOR, J. G. A. **O Liberalismo** – Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

NABUCO, J. **Um estadista do Império**: Nabuco de Araújo sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

OLIVEIRA VIANA, F. J. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

QUIRINO, C. N. G. **Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade: uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville**. São Paulo: Discurso Editorial/FAPESP, 2001.

RICUPERO, B. **O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

_____. Da formação à forma. Ainda as “idéias fora do lugar”. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 73, pp. 59-69, 2008.

ROSANVALLON, P. **Le Moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.

_____. Por uma História Conceitual do Político. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, nº 30, pp. 9-22, 1995.

SANTOS, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978

SÃO VICENTE, M. (José Antônio Pimenta Bueno). **Direito Publico Brasileiro e Análise da Constituição do Império**. In: **Marquês de São Vicente**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

SOUSA, O. T. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SOUZA, J. A. S. **A vida do Visconde de Uruguai**. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: **History and Theory**, v. 8, nº 1, pp. 3-53, 1969.

_____. Motives, Intentions and the Interpretation of Text. **New Literary History**, v. 3, nº 2, pp. 393-408, 1972.

_____. Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action. **Political Theory**, v. 2, nº 3, pp. 277-303, 1974.

_____. The Limits of Historical Explanations. **Philosophy**, v. 41, nº 157, pp. 199-215, 1966.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. Tradução Neil Ribeiro da Silva. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1977.

_____. **O antigo regime e a revolução**. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Ed. UnB, 1979.

TAVARES BASTOS, A. C. **A Província**: estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

URUGUAI, V. (Paulino José Soares de Souza). Ensaio sobre o Direito Administrativo. In: CARVALHO (org.), **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Três discursos do Ilmo. e Exmo. Sr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro dos Negócios Estrangeiros. In CARVALHO (org.), **Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002.

VASCONCELOS, B. P. **Manifesto Político e Exposição de Princípios**. Brasília: Senado Federal, 1978.

_____. Obras e discursos selecionados. In: CARVALHO (org.), **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999.

WOODWARD, E. L. **Three studies in European conservatism**: Metternich; Guizot; The Catholic Church in the Nineteenth Century. London: Frank Cass and Co. Ltd., 1963.